

Demonstrações Financeiras

2025



BIBLOS

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

É com satisfação que anunciamos os resultados financeiros da CVC Corp, referentes ao 4T25.

Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia anunciou seu plano de sucessão com a transição na liderança executiva: Fábio Mader foi eleito Diretor Presidente (CEO), substituindo Fábio Godinho, que concluiu um ciclo importante à frente da CVC Corp. A transição é parte da continuidade do plano estratégico da CVC Corp, marcando o início de uma nova etapa com ênfase em execução e performance, mantendo nosso compromisso com a geração de valor ao acionista.

O foco da Companhia em 2025 foi: “Crescimento e Inovação”.

Na vertente de Crescimento, apresentamos avanços na representatividade global das marcas do B2B, seguimos expandindo a presença geográfica do B2C e tivemos posição de destaque na retomada do mercado argentino.

Em Inovação, tivemos diversas implementações bem sucedidas: o lançamento da marca Conectaas, uso de Inteligência Artificial na Rextur Advance e revisões nos processos de contratação e entrada total da comissão flex nas lojas.

Além disso, destacamos os avanços operacionais:

(i) a Rextur Advance ao longo de todo o ano de 2025, manteve sua posição de maior Consolidadora Aérea do Brasil, também, avançando sua presença geográfica com novos contratos de relevância global;

(ii) a Visual Turismo e o Conectaas, as marcas mais recentes da Companhia, terminam o ano com patamares de vendas superando as expectativas, evidenciando a forte demanda do nicho de atuação da Visual Turismo e de um aumento de vendas altamente escalável que o Conectaas entrega, e;

(iii) a CVC Lazer e a Experimento, mesmo diante de um cenário desafiador no consumo brasileiro e de mudanças no ambiente competitivo, seguiu ganhando relevância nas cidades de menor densidade populacional, conforme o plano estratégico de longo prazo da Companhia focado no Digital/Omnicanalidade.

(iv) as marcas da Argentina, Almundo, Ola e Biblos, graças as decisões estratégicas adotadas em 2024, como abertura de lojas, integração de backoffice entre os países e revisão do portfólio de produtos, as marcas Almundo, Ola e Biblos se encontram em posição ímpar para a retomada do mercado de turismo no país.

Para o ano de 2026, embasamos nossa estratégia nos pilares: cliente no centro, ter a satisfação do cliente como foco da prestação de serviços; transformação digital, preparar a companhia para novas frentes de crescimento; gestão de pessoas, cuidar do nosso principal recurso: nosso time; rentabilidade, seguir com a estratégia de precificação com foco em rentabilidade, atentos ao crescimento das despesas fixas e; desalavancagem financeira, toda a Companhia estará focada em encontrar meios de redução do endividamento e na gestão de caixa.

Seguimos confiantes nos fundamentos do modelo de negócio da CVC Corp e na execução da nossa estratégia de longo prazo, buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao ano de 2025

As informações a seguir comparam: período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	AV*	31/12/2024	AV*	Absoluta	Percentual
Receita líquida de vendas	20	1.488.493	100,0%	1.420.763	100,0%	67.730	4,8%
Custo dos serviços prestados	21	(42.699)	-2,9%	(105.947)	-7,5%	63.248	-59,7%
Lucro Bruto		1.445.794	97,1%	1.314.816	92,5%	130.978	10,0%
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>							
Despesas de vendas	21	(288.500)	-19,4%	(253.824)	-17,9%	(34.676)	13,7%
Despesas gerais e administrativas	21	(975.982)	-65,6%	(963.863)	-67,8%	(12.119)	1,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	21	93.945	6,3%	(6.314)	-0,4%	100.259	-1587,9%
Lucro antes do resultado financeiro		275.257	18,5%	90.815	6,4%	184.442	203,1%
Resultado financeiro, líquido	22	(275.981)	-18,5%	(174.182)	-12,3%	(101.799)	58,4%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(724)	0,0%	(83.367)	-5,9%	82.643	-99,1%
Imposto de renda e contribuição social	15.1	(40.211)	-2,7%	(19.974)	-1,4%	(20.237)	101,3%
Corrente		(29.145)	-2,0%	(1.428)	-0,1%	(27.717)	1941,0%
Diferido		(11.066)	-0,7%	(18.546)	-1,3%	7.480	-40,3%
Prejuízo do exercício		(40.935)	-2,8%	(103.341)	-7,3%	62.406	-60,4%

Receita líquida de vendas

No ano de 2025, a Receita Líquida Consolidada registrou R\$ 1,5 bilhão, um incremento de 4,8% em relação ao mesmo período de 2024, por conta de uma boa performance comercial tanto no Brasil quanto na Argentina, conforme informações por segmento, na nota 27.1 (Resultados por segmento) destas demonstrações. Resultado das evoluções implementadas pela administração, tais como: expansão geográfica, tanto no Brasil quanto na Argentina, através da abertura de lojas com vendas físicas e digitais (estratégia Fíigital), melhor oferta de meios de pagamentos alternativos ao cartão de crédito e posicionamento estratégico da Companhia na retomada do consumo na Argentina.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2025, os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 42,7 milhões, redução de R\$ 63,2 milhões comparado com o mesmo período de 2024, derivada de mudanças na estratégia de contratação e negociação de produtos nos quais a CVC atua como fornecedor principal (sem subcontratação), conforme nota 21 destas demonstrações.

Receitas (despesas) operacionais

Nota explicativa 21.2

	31/12/2025	AV*	31/12/2024	AV*	Absoluta	Percentual
Receita líquida de vendas	1.488.493	100,0%	1.420.763	100,0%	67.730	4,8%
Pessoal	(547.400)	-36,8%	(490.440)	-34,5%	(56.960)	11,6%
Serviços de terceiros	(343.695)	-23,1%	(348.277)	-24,5%	4.582	-1,3%
Taxa de cartão de crédito	(110.819)	-7,4%	(110.810)	-7,8%	(9)	0,0%
Depreciação e amortização	(229.717)	-15,4%	(222.503)	-15,7%	(7.214)	3,2%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.031)	-1,0%	(12.196)	-0,9%	(2.835)	23,2%
Impairment	(17.655)	-1,2%	-	0,0%	(17.655)	n/a
Outros	93.780	6,3%	(39.775)	-2,8%	133.555	n/a
Total	(1.170.537)	-78,6%	(1.224.001)	-86,2%	53.464	-4,4%
Despesas de vendas	(288.500)	-19,4%	(253.824)	-17,9%	(34.676)	13,7%
Despesas gerais e administrativas (s/ D&A)	(746.265)	-50,1%	(741.360)	-52,2%	(4.905)	0,7%
Depreciação e amortização (D&A)	(229.717)	-15,4%	(222.503)	-15,7%	(7.214)	3,2%
Outras receitas operacionais	93.945	6,3%	(6.314)	-0,4%	100.259	-1587,9%
Total	(1.170.537)	-78,6%	(1.224.001)	-86,2%	(13.622)	1,1%

Despesas de vendas

No ano de 2025, as despesas de vendas da CVC Corp apresentaram um aumento de 13,7% em relação ao ano de 2024, impactadas, por um maior nível de gastos com marketing em campanhas para acompanhar tendências do mercado brasileiro de varejo, para maiores detalhes, recomendamos a leitura da nota 21.2 destas demonstrações.

Despesas gerais e administrativas – sem Depreciação e Amortização

Nos 12 meses de 2025, as Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 746,3 milhões, praticamente em linha com o mesmo período de 2024, mesmo diante de um cenário de inflação moderada no período, tanto no Brasil quanto na Argentina. Tal resultado advém da continua revisão dos processos e da estrutura administrativa, buscando ganhos de produtividade e redução de despesas, trabalho incessante e cada vez mais importante para a perenidade da companhia.

Resultado financeiro

Nota explicativa 22

Despesas financeiras

	31/12/2025	AV*	31/12/2024	AV*	Absoluta	Percentual
Encargos financeiros	(143.308)	51,9%	(145.593)	83,6%	2.285	-1,6%
Juros das aquisições	(8.993)	3,3%	(10.109)	5,8%	1.116	-11,0%
Imposto sobre transações bancárias	(45.760)	16,6%	(25.960)	14,9%	(19.800)	76,3%
Juros sobre antecipação de recebíveis	(163.443)	59,2%	(105.158)	60,4%	(58.285)	55,4%
Juros passivos – IFRS 16	(8.618)	3,1%	(7.066)	4,1%	(1.552)	22,0%
Outros	(33.974)	12,3%	(32.558)	18,7%	(1.416)	4,3%
Total de despesas financeiras	(404.096)	146,4%	(326.444)	187,4%	(77.652)	23,8%

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	15.613	-5,7%	20.643	-11,9%	(5.030)	-24,4%
Juros ativos	73.876	-26,8%	19.103	-11,0%	54.773	286,7%
Atualização de depósito judiciais	12.359	-4,5%	11.335	-6,5%	1.024	9,0%
Outros	32.286	-11,7%	77.500	-44,5%	(45.214)	-58,3%
Total de receitas financeiras	134.134	-48,6%	128.581	-73,8%	5.553	4,3%
Variação cambial, líquida	(6.019)	2,2%	23.681	-13,6%	(29.700)	-125,4%
Despesas financeiras, líquidas	(275.981)	100,0%	(174.182)	100,0%	(101.799)	58,4%

O Resultado Financeiro de 2025 foi uma despesa de R\$ 276,0 milhões, um aumento de R\$ 101,8 milhões na comparação anual, impulsionado, principalmente, (i) pelo aumento da taxa referencial (CDI) entre os períodos, (ii) pelo aumento do IOF no Brasil sobre remessas internacionais (Decreto nº 12.499/2025), impactando as operações de turismo fora do país e (iii) pelo aumento de recebíveis antecipados de R\$1,1 bilhão em 2024 para R\$1,2 bilhão em 2025, conforme nota 6 destas demonstrações (Contas a receber de clientes), financiando o pré-pagamento das Debentures, ocorrido no 3T25, recomendamos a leitura integral do documento para maiores detalhes.

Imposto de renda e contribuição social

O IR e a CS do período foi um débito de R\$ 40,2 milhões, por conta de efeitos relativos, principalmente, a: (i) R\$24,5 milhões de Receitas/Despesas não tributáveis/in dedutíveis; (ii) R\$5,4 milhões de Diferido sobre mais-valia; (iii) R\$4,3 milhões da Variação na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos e (iv) R\$3,4 milhões de baixa de diferido ativo, conforme nota 15.1 destas demonstrações.

Gestão de Pessoas

A Administração da CVC Corp busca promover um ambiente diverso e respeitoso para todos os colaboradores e para medir o atingimento de tais objetivos, a Companhia se vale de ferramentas de pesquisa buscando captar percepções acerca dos valores da empresa. As pesquisas são anônimas e, por isso, proporcionaram informações valiosas sobre o ambiente de trabalho, refletindo as necessidades dos colaboradores.

Citamos alguns dados que exploramos e geram planos de ações: **insights sobre como melhorar o relacionamento, comportamentos e práticas** que definem o ambiente de trabalho, comentários específicos sobre onde a companhia se destaca e onde precisamos melhorar como um todo. As pesquisas pulsos são respondidas por todos os colaboradores que estejam ativos e são anônimas. A CVC Corp recebe os resultados consolidados, sem que sejam possíveis identificar os respondentes.

Além disso, a Companhia possui Canal de Denúncia operado por uma empresa independente e especializada, com atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana, acolhendo relatos que possam demonstrar infrações de qualquer Código, Norma ou Política estabelecidos pela companhia.

Ainda, a Companhia se vale de diversas frentes de Segurança no Trabalho, quais sejam: **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)** – Atualização anual do documento de saúde ocupacional, com avaliação dos riscos ocupacionais por empresa especializada, conforme as funções exercidas. **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)** – Empresa especializada em medicina ocupacional, que define os exames médicos necessários e sua periodicidade, conforme a função exercida. **Exames admissionais, periódicos e demissionais** – Realizado com um parceiro de medicina ocupacional (Salu) com a função de garantir que os colaboradores estão aptos para realizar as atividades laborais e identificar possíveis doenças em decorrência do trabalho. **Autodeclaração Pessoa com Deficiência** – Em julho, realizamos uma campanha com foco na promoção de diversidade, incentivando a identificação de colaboradores com deficiência (física, sensorial ou intelectual) que ainda não haviam registrado seu quadro clínico ao ingressar na empresa ou que adquiriram alguma deficiência ao longo do tempo. O objetivo foi não só realizar o possível enquadramento, mas também garantir maior visibilidade, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e com oportunidades para todos. **CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio** – Após indicações e votação, 37 colaboradores foram capacitados como cipeiros, em conformidade com a Norma Regulamentadora 05. Esses profissionais passaram a atuar na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, contribuindo para a preservação da vida e a promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Por fim, nos termos do artigo 133, §6º da Lei 6.404/76, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes métricas:

A quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia, incluindo cargos da administração:

Em 2025, encerramos o ano com um avanço significativo na representatividade de mulheres no quadro de contratados, alcançando 65,0% do total – um crescimento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação aos 63,6% de 2024. Esse resultado reflete um aumento de 8,7% no número total de mulheres contratadas (de 1.341 para 1.458 mulheres).

No Conselho de Administração, não houve mulheres contratadas em 2024 e 2025. Na Diretoria Estatutária, o patamar se manteve, havendo uma mulher contratada em ambos os anos, representando 33% do quadro nesse nível hierárquico.

No agrupamento “Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Executivos” a representatividade reduziu de 18,2% em 2024 para 16,7% em 2025, com estabilidade no número de contratações (2 em cada ano). Nos demais Diretores, observamos uma redução de 23,1% para 17,6%, também sem variação no volume de vagas preenchidas (3 em ambos os anos).

Nos níveis gerenciais e intermediários mostram sinais positivos: Gerentes Executivos registraram o maior ganho percentual, passando de 36,7% para 40,0% (+3,3 p.p.), impulsionado por um aumento de 27,3% no número de contratações (de 11 para 14). Já os Gerentes Administrativos e Gerentes de Vendas e Atendimento apresentaram declínios moderados, de 50,0% para 46,5% (-3,5 p.p.) e de 48,0% para 41,2% (-6,8 p.p.), respectivamente, apesar de um leve crescimento nas contratações de Vendas (de 12 para 14). Em papéis de coordenação e supervisão, os resultados foram encorajadores: Coordenadores subiram de 45,8% para 50,0% (+4,2 p.p., com +13,2% em contratações), e supervisores avançaram de 69,0% para 71,0% (+2,0 p.p., com +10,0% em vagas).

Nos níveis operacionais, a representatividade se consolida em patamares elevados, com Especialistas mantendo-se estáveis em 42,4% (-0,3 p.p., +11,4% em contratações), Analistas crescendo de 66,8% para 68,6% (+1,8 p.p., +11,3% em vagas – o maior volume absoluto, de 1.013 para 1.127) e Assistentes alcançando um pico de 78,1% (+7,1 p.p.), apesar de uma redução de 10,7% no número de contratações (de 140 para 125).

O demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Em 2025, a remuneração financeira média por gênero e tipo de compensação (fixa, variável e eventual) apresentou variações positivas na maioria dos componentes, refletindo ajustes salariais e bonificações alinhados ao desempenho organizacional e ao compromisso com a equidade. No geral, as mulheres registraram ganhos mais consistentes em remunerações variáveis, com aumentos médios acima de 20% em diversos níveis, enquanto os homens mostraram maior volatilidade, especialmente em componentes eventuais, que frequentemente caíram devido a reduções em gratificações pontuais.

No nível do Conselho de Administração, não houve remunerações para mulheres em nenhum componente, enquanto os homens tiveram um aumento de 5,35% na remuneração fixa, com estabilidade nos demais componentes.

Para Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Executivos, as mulheres tiveram um crescimento de 9,41% na fixa, vs. uma queda de -35,74% na variável e ausência de dados para remuneração eventual. Nesse mesmo nível, os homens tiveram aumentos de: +2,22% na fixa, +3,09% na variável e uma redução de -50,51% no eventual.

No nível dos demais Diretores, mulheres registraram +10,79% na fixa e +18,75% na variável (estável no eventual); homens com +9,21% na fixa, +22,29% na variável e sem dados de remuneração eventual.

Nos níveis gerenciais, Gerentes Executivos, as mulheres apresentaram +2,28% na fixa e +8,24% na variável (estável no eventual), enquanto homens tiveram +3,60% na fixa, +34,17% na variável e uma queda de 70,97% no eventual. Gerentes Administrativos, mulheres avançaram 6,73% na fixa e 25,19% na variável, homens apresentaram +8,14% na fixa e -9,31% no eventual. Nos Gerentes de Vendas e Atendimento, as variações foram positivas para ambos: mulheres com +6,47% na fixa e +25,01% na variável, e homens com estabilidade na fixa (-0,22%) e +8,04% na variável (0,00% no eventual).

Nos níveis intermediários e operacionais, Coordenadores mulheres registraram +7,45% na fixa e +31,23% na variável, contra +8,38% e +20,81% para homens, respectivamente. Supervisores, com +6,68% e +31,52% para mulheres, e +3,32% e +29,96% para homens – todos com eventuais estáveis em 0,00%. Especialistas, mulheres em +5,69% na fixa e +31,57% na variável, enquanto homens tiveram +1,90% e +9,89%, respectivamente. Analistas, mostraram +5,34% na fixa e +25,71% na variável para mulheres e -50,03% no eventual; homens registraram -1,22% na fixa, +12,09% na variável e -48,05% no eventual. Por fim, Assistentes apresentaram os menores ganhos, com +1,55% na fixa e +13,36% na variável para mulheres, e +2,99% e +11,78% para homens, todos com eventuais em 0,00%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM 80/22 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 31 de dezembro de 2025. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Não houve serviços de não auditoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Conselho de Administração da
CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas;
- Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos;
- Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes;



**Shape the future
with confidence**

- Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito e financeiras; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas diferenças nos saldos a receber com administradoras de cartão e divergências identificadas os registros de transações com antecipação de recebíveis sem coobrigação, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2025 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 205.924 mil na controladora e R\$ 280.682 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 357.488 mil na controladora e R\$ 526.840 mil no consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros e revisão das apurações de imposto de renda e contribuição social diferido, identificamos determinadas diferenças nos registros contábeis relativos a diferenças temporárias, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standard*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	147.665	156.561	286.727	400.233
Aplicações financeiras	5.2	600	46.141	15.732	109.760
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	2.402	17.025	2.887	19.578
Contas a receber de clientes	6	611.592	679.707	1.004.740	924.307
Adiantamentos a fornecedores	7	548.291	468.507	672.477	554.584
Despesas antecipadas	8	37.461	41.228	58.504	54.212
Impostos a recuperar		12.559	5.652	42.863	37.996
Outras contas a receber		60.716	72.048	93.732	126.316
Total do ativo circulante		1.421.286	1.486.869	2.177.662	2.226.986
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	249.534	140.737	-	-
Despesas antecipadas	8	27.684	2.784	27.712	2.820
Impostos a recuperar		4	-	25.835	15.369
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	357.488	361.550	526.840	530.610
Depósitos judiciais	14.2	147.874	136.081	154.003	145.413
Outras contas a receber		8.776	-	8.699	750
Investimentos	9	377.738	528.158	-	-
Ativo imobilizado		13.890	13.629	21.442	25.361
Ativo intangível	10	547.358	429.474	731.913	829.813
Direito de uso de arrendamento	13	34.477	30.722	64.779	63.526
Total do ativo não circulante		1.764.823	1.643.135	1.561.223	1.613.662
Total do ativo		3.186.109	3.130.004	3.738.885	3.840.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>Circulante</i>					
Debêntures	12	86.015	9.450	86.015	9.450
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	3.573	649	4.201	658
Fornecedores	11	393.935	364.718	736.933	585.932
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	1.376.384	1.235.623	1.736.695	1.638.749
Salários e encargos sociais		78.320	66.240	87.311	87.648
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	18.856	815
Impostos e contribuições a pagar		14.305	20.049	26.833	27.823
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16	1.432	96.885	1.432	96.885
Passivo de arrendamento	13	21.686	13.966	36.406	23.193
Outras contas a pagar		59.106	39.755	72.631	60.533
Total do passivo circulante		2.034.756	1.847.335	2.807.313	2.531.686
<i>Não circulante</i>					
Debêntures	12	309.320	532.871	309.320	532.871
Provisão para perdas em investimento	9	31.772	13.629	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18.1	231.278	91.375	-	-
Impostos e contribuições a pagar		-	-	2.011	2.263
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	14	58.146	57.400	80.127	155.931
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16	1.535	1.994	1.535	1.994
Passivo de arrendamento	13	14.319	20.404	31.382	47.292
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	3.146	1.964	3.158	2.019
Outras contas a pagar		23.046	31.400	25.248	34.960
Total do passivo não circulante		672.562	751.037	452.781	777.330
<i>Patrimônio líquido</i>					
	17				
Capital social		1.755.264	1.755.264	1.755.264	1.755.264
Reservas de capital		1.243.409	1.233.173	1.243.409	1.233.173
Ágio em transações de capital		(183.846)	(183.846)	(183.846)	(183.846)
Outros resultados abrangentes		62.805	75.250	62.805	75.250
Ações em tesouraria		(9.817)	(120)	(9.817)	(120)
Prejuízos acumulados		(2.389.024)	(2.348.089)	(2.389.024)	(2.348.089)
Total do Patrimônio líquido		478.791	531.632	478.791	531.632
Total do passivo e patrimônio líquido		3.186.109	3.130.004	3.738.885	3.840.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	1.048.670	1.027.977	1.488.493	1.420.763
Custo dos serviços prestados	21.1	(42.699)	(105.947)	(42.699)	(105.947)
Lucro Bruto		1.005.971	922.030	1.445.794	1.314.816
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>					
Despesas de vendas	21.2	(227.016)	(202.804)	(288.500)	(253.824)
Despesas gerais e administrativas	21.2	(588.973)	(563.301)	(975.982)	(963.863)
Equivalência patrimonial	9	(7.431)	(74.099)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21.2	52.594	3.039	93.945	(6.314)
Lucro antes do resultado financeiro		235.145	84.865	275.257	90.815
Resultado financeiro, líquido	22	(242.321)	(177.959)	(275.981)	(174.182)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.176)	(93.094)	(724)	(83.367)
Imposto de renda e contribuição social	15.1	(33.759)	(10.247)	(40.211)	(19.974)
Corrente		-	-	(29.145)	(1.428)
Diferido		(33.759)	(10.247)	(11.066)	(18.546)
Prejuízo do exercício		(40.935)	(103.341)	(40.935)	(103.341)
Prejuízo por ação - básico (R\$)	23			(0,08)	(0,20)
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	23			(0,08)	(0,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(40.935)	(103.341)	(40.935)	(103.341)
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(12.445)	18.420	(12.445)	18.420
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	(12.445)	18.420	(12.445)	18.420
Total dos resultados abrangentes	(53.380)	(84.921)	(53.380)	(84.921)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		Capital social	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido
			Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ação	Ágio em transações de capital				
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.755.264	63.355	1.161.224	(183.846)	(120)	(2.244.748)	56.830	607.959
Incentivo de longo prazo	17.2	-	8.594	-	-	-	-	-	8.594
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	18.420	18.420
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(103.341)	-	(103.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.755.264	71.949	1.161.224	(183.846)	(120)	(2.348.089)	75.250	531.632
Incentivo de longo prazo	17.2	-	10.236	-	-	-	-	-	10.236
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(12.445)	(12.445)
Aquisição de ações em tesouraria	17.4	-	-	-	-	(9.697)	-	-	(9.697)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(40.935)	-	(40.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.755.264	82.185	1.161.224	(183.846)	(9.817)	(2.389.024)	62.805	478.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.176)	(93.094)	(724)	(83.367)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	21.2	153.036	137.624	229.717	222.503
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21.2	13.846	13.724	15.031	12.196
Juros e variações monetárias e cambiais		219.695	178.342	238.152	187.782
Equivalência patrimonial	9	7.431	74.099	-	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	14	27.011	(4.372)	(25.048)	1.110
Baixa de imobilizado, intangível e contratos de aluguéis		4.278	3.308	4.820	6.028
Outras provisões		9.901	8.335	9.901	8.299
Reversão de provisão a pagar	16	(44.244)	-	(44.243)	-
Baixa impairment	9	-	4.205	17.655	13.552
		383.778	322.171	445.261	368.103
Redução (aumento) em ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(88.870)	(155.471)	(263.406)	(190.702)
Adiantamentos a fornecedores		(79.784)	(21.930)	(125.003)	192.442
Fornecedores		28.397	(145.824)	165.490	(322.518)
Contratos a embarcar antecipados		141.943	208.169	130.525	348.662
Variação em tributos a recuperar/recolher		(11.926)	(76)	(46.998)	(21.400)
Liquidação de instrumentos financeiros		-	16.329	-	18.422
Transações com partes relacionadas		4.929	(42.922)	-	-
Salários e encargos sociais		12.080	9.966	1.102	12.488
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	15.167	(5.491)
Demandas judiciais e administrativas		(26.511)	(24.879)	(37.100)	(34.242)
Variação em outros ativos		15.576	38.299	67.257	(18.289)
Variação em outros passivos		7.941	36.064	(884)	34.979
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		387.553	239.896	351.411	382.454
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Ativo imobilizado		(2.452)	(1.234)	(3.647)	(3.757)
Ativo intangível	10	(88.208)	(76.682)	(118.128)	(82.886)
Incorporação	9.1	3.616	-	-	-
Aumento de capital em controladas	8	(6.473)	(8.850)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(93.517)	(86.766)	(121.775)	(86.643)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de empréstimos / debêntures	12	(150.000)	(160.000)	(150.000)	(160.000)
Juros pagos	24	(103.134)	(200.556)	(107.298)	(204.121)
Aquisição de controladas	24	(229)	(15.167)	(229)	(15.167)
Pagamento por aquisição de ações em tesouraria		(9.697)	-	(9.697)	-
Pagamento de aluguéis	24	(38.743)	(22.262)	(54.475)	(30.936)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(301.803)	(397.985)	(321.699)	(410.224)
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa		(1.129)	3.825	(21.443)	31.816
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		(8.896)	(241.030)	(113.506)	(82.597)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		156.561	397.591	400.233	482.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		147.665	156.561	286.727	400.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1.Receitas	1.086.827	1.037.819	1.553.971	1.442.902
Receita bruta de vendas	1.100.673	1.051.543	1.569.002	1.455.098
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.846)	(13.724)	(15.031)	(12.196)
2.Insumos adquiridos de terceiros	(172.115)	(298.942)	(315.258)	(484.414)
Serviços de terceiros e outros	(129.416)	(192.995)	(272.559)	(378.467)
Custo dos serviços prestados	(42.699)	(105.947)	(42.699)	(105.947)
Valor adicionado bruto	914.712	738.877	1.238.713	958.488
3.Depreciação e amortização	(153.036)	(137.624)	(229.717)	(222.503)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	761.676	601.253	1.008.996	735.985
Resultado de equivalência patrimonial	(7.431)	(74.099)	-	-
Receitas financeiras	97.629	53.818	134.134	128.581
5.Valor adicionado recebido em transferência	90.198	(20.281)	134.134	128.581
Valor adicionado total a distribuir	851.874	580.972	1.143.130	864.566
Valor adicionado distribuído	(851.874)	(580.972)	(1.143.130)	(864.566)
6.Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(326.327)	(281.854)	(486.268)	(439.444)
Remuneração direta	(248.894)	(211.052)	(396.971)	(351.400)
Plano de pagamento baseado em ações	(6.554)	(9.795)	(6.657)	(10.274)
Benefícios	(54.172)	(47.244)	(64.461)	(61.495)
F.G.T.S.	(16.707)	(13.763)	(18.179)	(16.275)
Impostos, taxas e contribuições	(154.130)	(89.338)	(227.980)	(137.166)
Federais	(127.389)	(65.689)	(194.201)	(106.524)
Municipais	(26.741)	(23.649)	(33.779)	(30.642)
Remuneração de capitais de terceiros	(412.352)	(313.121)	(469.817)	(391.297)
Juros	(301.240)	(241.518)	(318.362)	(274.403)
Taxa de cartão de crédito	(84.398)	(84.914)	(110.819)	(110.810)
Aluguéis	(1.016)	(2.010)	(1.387)	(2.484)
Outras	(25.698)	15.321	(39.249)	(3.600)
7. Remuneração de capitais próprios	40.935	103.341	40.935	103.341
Prejuízo do exercício	40.935	103.341	40.935	103.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES	19
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	23
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	32
7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	34
8. DESPESAS ANTECIPADAS	35
9. INVESTIMENTOS	35
9.1 INCORPORAÇÃO CONTROLADA ESFERATUR	37
10. ATIVO INTANGÍVEL	38
11. FORNECEDORES	42
12. DEBÊNTURES	42
13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO	45
14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E PASSIVO CONTINGENTE	47
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50
16. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE CONTROLADA E INVESTIDA	53
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	56
19. CONTRATOS A EMBARCAR ANTECIPADOS DE PACOTES TURÍSTICOS	57
20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	57
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	59
22. RESULTADO FINANCEIRO	60
23. PREJUÍZO POR AÇÃO	61
24. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	62
25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA	64
26. SEGUROS	64
27. SEGMENTOS REPORTÁVEIS	64

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-400, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3.

A CVC e suas controladas (“Grupo”) têm como atividade principal a assessoria na organização de pacotes turísticos por meio da intermediação entre o cliente e os fornecedores que prestam os serviços nas áreas de hospedagem, entretenimento, transportes terrestres e aéreos, cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações na Argentina através das marcas Almundo.com, Biblos e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são prestados aos clientes por fornecedores independentes, por meio de pacotes regulares, bloqueio e fretamento. Esses fornecedores são exclusivamente responsáveis pelos aspectos operacionais, financeiros e comerciais dos serviços, uma vez que a CVC não possui ativos como aviões, hotéis ou navios, atuando apenas na aproximação do cliente com o fornecedor, conforme as diretrizes da Lei Geral do Turismo (Leis nº 11.771/08 e 14.978/2024).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo, com 100% de participação:

Controladas	Tipo	Principal atividade	País-sede	Participação	
				31/12/2025	31/12/2024
SV Viagens Ltda. (SV Viagens)	Direta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda (Almundo Brasil) (a)	Indireta	Serviços turísticos online	Brasil	-	100%
<i>Santa Fe Investment Holding B.V. (Santa Fé)</i>	Indireta	Holding	Holanda	100%	100%
Almundo.com S.R.L. (Almundo Argentina)	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
TKT Mas Operadora S.A. (Almundo México)	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	100%
Advenio S.A. (Almundo Uruguai)	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	100%
Almundo.com S.A.S. (Almundo Colômbia)	Indireta	Serviços turísticos online	Colômbia	100%	100%
Visual Turismo Ltda. (Visual)	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Portugal (CVC Portugal)	Direta	Serviços turísticos	Portugal	100%	100%
Trend Viagens e Turismo S.A. (Trend)	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	100%
TC World Viagens Ltda. (TCW)	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
<i>Trend Travel LLC. (Trend Travel)</i>	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Hospitality LLC. (VHC)	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
Esferatur Passagens e Turismo S.A. (Esferatur) (b)	Direta	Serviços turísticos	Brasil	-	100%
CVC Turismo S.A.U (CVC S.A.U)	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Avantrip.com S.R.L (Avantrip)	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A (Biblos)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%
Ola S.A.(Ola)	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%

(a) Em 31 de maio de 2025 foi realizada a incorporação da Almundo Brasil pela SV Viagens.

(b) Em 30 de abril de 2025 foi realizada a incorporação da Esferatur pela CVC. Vide nota explicativa 8.1

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 613.470 na controladora e R\$ 629.651 no consolidado, e prejuízos acumulados de R\$ 2.389.024. A Administração monitora constantemente a lucratividade e a posição financeira, considerando inclusive o cenário macroeconômico de juros elevados no Brasil, que impacta o custo financeiro e a estrutura de capital.

Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui ações para melhoria da performance, como: crescimento das operações, melhoria na gestão de capital de giro (antecipação de recebíveis), revisão do take rate, redução do ciclo financeiro, parcerias de crédito (Marketplace) e rightsizing operacional. A Administração realizou testes de sensibilidade sobre essas premissas, contemplando variações nas taxas de juros e volume de vendas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios. Não foram identificadas incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuidade operacional. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026.

2.2 Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Resolução CVM nº 152/22, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Os Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item, ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O quadro abaixo descreve as controladas e suas respectivas moedas funcionais. A definição da moeda funcional foi feita com base nas orientações do CPC 02 (R2) / IAS 2. Concluiu-se que o dólar norte americano é a moeda do ambiente econômico no qual essas controladas operam.

Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que esta moeda é a que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Não houve alteração na moeda funcional da Companhia nem de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Controladas	Principal atividade	País-sede	Moeda funcional
CVC	Serviços turísticos	Brasil	Real
SV Viagens	Serviços turísticos online	Brasil	Real
<i>Santa Fé</i>	Holding	Holanda	Dólar
<i>Almundo Argentina</i>	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
<i>Almundo México</i>	Serviços turísticos	México	Dólar
<i>Almundo Uruguai</i>	Serviços turísticos	Uruguai	Dólar
<i>Almundo Colômbia</i>	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	Dólar
CVC Portugal	Serviços turísticos	Portugal	Real
Visual	Serviços turísticos	Brasil	Real
Trend	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	Real
<i>TCW</i>	Serviços turísticos	Brasil	Real
<i>Trend Travel</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
<i>VHC</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
CVC S.A.U	Holding	Argentina	Dólar
<i>Avantrip</i>	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
<i>Biblos</i>	Serviços turísticos	Argentina	Dólar
<i>Ola</i>	Serviços turísticos	Argentina	Dólar

2.3.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 13 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.
- Nota explicativa 20 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos classificados como nível 3 (veja nota 2.5).
- Nota explicativa 6 – Ajuste ao valor recuperável de recebíveis.
- Nota explicativa 10 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 17.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

2.5 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. Novas normas e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

As modificações implementadas exigem que as empresas avaliem se uma moeda é conversível e determinem a taxa de câmbio à vista quando não houver conversibilidade, bem como realizem as divulgações necessárias nas demonstrações financeiras.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação de Método de Equivalência Patrimonial.

As modificações implementadas contemplam a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais, que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, limitando-se a ajustes de redação e atualização de referências normativas.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

CPC 51 /IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

Estabelece novos requisitos para apresentação dentro da Demonstração do Resultado do Exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as empresas deverão classificar todas as receitas e despesas apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma vigora para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2027 e deve ser aplicada retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

A norma permite que empresas optem por aplicar outros requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação dos padrões contábeis IFRS. A norma também permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgação reduzidas.

O IFRS 19 vigora para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2027 e devem ser aplicados retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação de mensuração de instrumentos financeiros

As alterações introduzem modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros.

As principais alterações nas normas são:

- i) Esclarecimento sobre baixa de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas de pagamento eletrônico;
- ii) Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares são avaliados;

- iii) Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características contratualmente vinculadas; e
- iv) Novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e outros requisitos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigorarão para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026 e devem ser aplicados retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; VJH – Valor justo hedge *accounting* ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- (i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- (ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

O Grupo utiliza a abordagem simplificada para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis.

Desreconhecimento*Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo não realiza designação dos seus derivativos para contabilidade de hedge.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo.

4.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino).

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço.

Derivativo	Notas	Posição	Consolidado			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Contrato a Termo NDF	3.4	USD	25.667	(1.049)	229.255	14.065
Contrato a Termo NDF	3.4	EUR	15.701	(424)	115.349	3.473
Contrato a Termo NDF	3.4	GBP	1.279	99	14.109	643
Contrato a Termo NDF	3.4	CAD	3.236	10	16.050	611
Contrato a Termo NDF	3.4	AUD	518	50	4.083	128
				(1.314)		18.920
Total ativo circulante				2.887		19.578
Total passivo circulante				(4.201)		(658)

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira e equivalentes de caixa as quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

		31/12/2025						
Operações	Taxa		Baixa			Alta		
			5%	25%	50%	5%	25%	50%
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,50	69.585	(3.479)	(17.396)	(34.793)	3.479	17.396	34.793
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,47	4.065	(203)	(1.016)	(2.033)	203	1.016	2.033
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,41	639	(32)	(160)	(320)	32	160	320
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,02	831	(42)	(208)	(415)	42	208	415
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,68	24	(1)	(6)	(12)	1	6	12
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	6,94	135	(7)	(34)	(67)	7	34	67
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,00	18.976	(949)	(4.744)	(9.488)	949	4.744	9.488
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,14	1.136	(57)	(284)	(568)	57	284	568
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	163	(8)	(41)	(82)	8	41	82
Contrato a Termo NDF	5,50	25.667	(1.283)	(6.417)	(12.834)	1.283	6.417	12.834
Contrato a Termo NDF	6,47	15.701	(785)	(3.925)	(7.851)	785	3.925	7.851
Contrato a Termo NDF	4,02	518	(26)	(130)	(259)	26	130	259
Contrato a Termo NDF	7,41	1.279	(64)	(320)	(639)	64	320	639
Contrato a Termo NDF	3,68	3.236	(162)	(809)	(1.618)	162	809	1.618

		31/12/2024						
Operações	Taxa		Baixa			Alta		
			5%	25%	50%	5%	25%	50%
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	6,19	159.779	(7.989)	(39.945)	(79.890)	7.989	39.945	79.890
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,43	5.190	(259)	(1.297)	(2.595)	259	1.297	2.595
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,76	1.152	(58)	(288)	(575)	58	288	575
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,30	2.490	(124)	(622)	(1.245)	124	622	1.245
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,84	742	(37)	(186)	(371)	37	186	371
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	6,83	733	(37)	(183)	(367)	37	183	367
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,01	41.534	(2.077)	(10.384)	(20.767)	2.077	10.384	20.767
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,14	1.429	(71)	(357)	(715)	71	357	715
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	168	(8)	(42)	(84)	8	42	84
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	0,30	110	(5)	(27)	(55)	5	27	55
Contrato a Termo NDF	6,19	229.255	(11.463)	(57.314)	(114.627)	11.463	57.314	114.627
Contrato a Termo NDF	6,43	115.349	(5.767)	(28.837)	(57.675)	5.767	28.837	57.675
Contrato a Termo NDF	4,30	4.083	(204)	(1.021)	(2.042)	204	1.021	2.042
Contrato a Termo NDF	7,76	14.109	(705)	(3.527)	(7.055)	705	3.527	7.055
Contrato a Termo NDF	3,84	16.050	(802)	(4.012)	(8.025)	802	4.012	8.025

4.1.1.2 Riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e debêntures, as quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo BACEN, foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI (14,90% em 31 de dezembro de 2025 e 12,15% em 31 de dezembro de 2024) para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	31/12/2025							
	Baixa				Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Equivalentes de Caixa *	182.078	(1.356)	(6.782)	(13.565)	1.356	6.782	13.565	
Aplicações financeiras	15.732	(117)	(586)	(1.172)	117	586	1.172	
Debêntures	(395.335)	2.945	14.726	29.452	(2.945)	(14.726)	(29.452)	

Operações	31/12/2025							
	Baixa				Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Equivalentes de Caixa *	134.150	(815)	(4.075)	(8.150)	815	4.075	8.150	
Aplicações financeiras	109.760	(667)	(3.334)	(6.668)	667	3.334	6.668	
Debêntures	(542.321)	3.295	16.473	32.946	(3.295)	(16.473)	(32.946)	

*Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais.

4.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Como parte dos negócios de intermediação de turismo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes e pagamentos por reservas de quartos em determinadas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente, de forma a garantir a disponibilidade, preços ofertados e condições especiais às reservas vendidas aos nossos clientes.

Desta forma, o Grupo possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para reacomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis. Para monitorar este risco, o Grupo avalia a solvência de seus principais fornecedores e atua de forma proativa na redução desta exposição via renegociação de seus contratos e datas de prestação dos serviços.

4.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 90% do valor da venda, onde são avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	286.727	400.233
Aplicações financeiras	15.732	109.760
Instrumentos financeiros derivativos	2.887	19.578
Contas a receber de clientes	1.004.740	924.307
Outras contas a receber	97.824	123.126
Total	1.407.910	1.577.004

4.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2025

Debêntures
Instrumentos financeiros derivativos
Fornecedores
Contas a pagar de aquisição de controladas
Passivo de arrendamento
Outras contas a pagar
Total

	Consolidado			Saldo contábil
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	
Debêntures	156.714	445.170	601.884	395.335
Instrumentos financeiros derivativos	4.201	-	4.201	4.201
Fornecedores	736.933	-	736.933	736.933
Contas a pagar de aquisição de controladas	-	2.505	2.505	2.967
Passivo de arrendamento	51.161	34.281	85.442	67.788
Outras contas a pagar	61.387	2.300	63.687	97.879
Total	1.010.396	484.256	1.494.652	1.305.103

31 de dezembro de 2024

Debêntures
Instrumentos financeiros derivativos
Fornecedores
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida
Passivo de arrendamento
Outras contas a pagar
Total

	Consolidado			Saldo contábil
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	
Debêntures	93.501	805.588	899.089	542.321
Instrumentos financeiros derivativos	658	-	658	658
Fornecedores	585.932	-	585.932	585.932
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	104.409	3.107	107.516	98.879
Passivo de arrendamento	30.848	38.173	69.021	70.485
Outras contas a pagar	50.286	3.543	53.829	95.493
Total	865.634	850.411	1.716.045	1.393.768

4.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital é administrada ao nível do Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

Debêntures
Contas a pagar - aquisição de controlada e investida
(=) Dívida bruta
(-) Caixa e equivalentes de caixa
(=) Dívida líquida

Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024
395.335	542.321
2.967	98.879
398.302	641.200
(286.727)	(400.233)
111.575	240.967

4.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

			Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	600	46.141	600	46.141
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	2.402	17.025	2.402	17.025
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	611.592	679.707	611.592	679.707
Contas a receber - partes relacionadas	2	Custo amortizado	249.534	140.737	249.534	140.737
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	65.218	68.845	65.218	68.845
Total dos ativos financeiros			929.346	952.455	929.346	952.455
Passivos financeiros						
Debêntures	2	Custo amortizado	395.335	542.321	445.274	825.112
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	3.573	649	3.573	649
Fornecedores	2	Custo amortizado	393.935	364.718	393.935	364.718
Contas a pagar - partes relacionadas	2	Custo amortizado	231.278	91.375	231.278	91.375
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	2.967	98.879	2.967	98.879
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	36.005	34.370	36.005	34.370
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	47.601	29.510	47.601	29.510
Total dos passivos financeiros			1.110.694	1.161.822	1.160.633	1.444.613

	Nível	Classificação	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	15.732	109.760	15.732	109.760
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	2.887	19.578	2.887	19.578
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	1.004.740	924.307	1.004.740	924.307
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	97.824	123.126	97.824	123.126
Total dos ativos financeiros	2		1.121.183	1.176.771	1.121.183	1.176.771
Passivos financeiros						
Debêntures	2	Custo amortizado	395.335	542.321	445.274	825.112
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	4.201	658	4.201	658
Fornecedores	2	Custo amortizado	736.933	585.932	736.933	585.932
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	2.967	98.879	2.967	98.879
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	67.788	70.485	67.788	70.485
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	63.687	53.829	63.687	53.829
Total dos passivos financeiros			1.270.911	1.352.104	1.320.850	1.634.895

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).

- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

4.4 Instrumentos financeiros e derivativos

Em virtude das incertezas do prazo de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para *hedge accounting*. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2025							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 12/03/25 a 19/12/2025	De 02/01/26 a 02/11/2026	USD	25.667	(1.049)
Termo	Comprado	NDF	De 12/03/25 a 19/12/2025	De 02/01/26 a 02/11/2026	EUR	15.701	(424)
Termo	Comprado	NDF	De 12/03/25 a 19/12/2025	De 02/01/26 a 02/11/2026	CAD	3.236	10
Termo	Comprado	NDF	De 12/03/25 a 19/12/2025	De 02/01/26 a 02/11/2026	GBP	1.279	99
Termo	Comprado	NDF	De 12/03/25 a 19/12/2025	De 02/01/26 a 02/11/2026	AUD	518	50
Total						46.401	(1.314)
Total ativo circulante							2.887
Total passivo circulante							(4.201)

31/12/2024							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	USD	229.255	14.065
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	EUR	115.349	3.473
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	CAD	16.050	611
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	GBP	14.109	643
Termo	Comprado	NDF	De 14/12/23 a 20/12/2024	De 02/01/25 a 01/09/2025	AUD	4.083	128
Total						378.846	18.920
Total ativo circulante							19.578
Total passivo circulante							(658)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Equivalentes de caixa	127.469	98.551	182.078	134.150
Caixa e contas bancárias em moeda local	2.690	42.376	9.095	52.756
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	15.152	7.888	69.585	159.779
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	1.379	3.006	4.065	5.190
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	18.976	41.534
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	975	4.740	2.928	6.824
Total de caixa e equivalentes de caixa	147.665	156.561	286.727	400.233

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa CDI que em 31 de dezembro de 2025 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 14,90% (12,15% em 31 de dezembro de 2024).

Os investimentos em CDBs e operações de renda fixa que não possuem liquidez imediata são apresentados na rubrica de aplicações financeiras e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	600	46.141	15.732	109.760

As aplicações financeiras apresentadas acima, em sua maioria são oferecidas como garantias para as operações com a IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos). A redução para 2025 decorre da troca da garantia ao IATA através de cartas fianças.

6. Contas a receber de clientes

Política contábil:

O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável).

As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo de abordagem simplificada apresentada no CPC 48 / IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito	329.621	-	329.621	335.640	-	335.640
Contas a receber de títulos	1.785	-	1.785	1.425	-	1.425
Financiamento próprio – Clientes	177.079	(33.536)	143.543	243.216	(38.220)	204.996
Financiamento próprio – Agências e franquias	108.956	(9.429)	99.527	128.644	(45.713)	82.931
Reembolso cia aérea	2.244	-	2.244	12.040	-	12.040
Outros	41.258	(6.386)	34.872	66.503	(23.828)	42.675
	660.943	(49.351)	611.592	787.468	(107.761)	679.707

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito	462.379	-	462.379	397.809	-	397.809
Contas a receber de títulos	135.946	-	135.946	80.745	-	80.745
Financiamento próprio – Clientes	263.548	(45.279)	218.269	288.894	(50.398)	238.496
Financiamento próprio – Agências e franquias	108.956	(9.429)	99.527	131.932	(46.121)	85.811
Reembolso cia aérea	2.440	-	2.440	13.544	-	13.544
Outros	93.726	(7.547)	86.179	137.042	(29.140)	107.902
	1.066.995	(62.255)	1.004.740	1.049.966	(125.659)	924.307

A composição da linha de administradoras de cartões de crédito refere-se a vendas a prazo com cartões de crédito, cujos recebimentos ocorrem em parcelas com vencimento inferior a um ano. Essas parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

Contas a receber de títulos referem-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros para os clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros dessas transações são transferidos para as instituições financeiras no momento da venda. Também estão incluídos os recebíveis de parceiros que mantêm operações com o grupo.

Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas realizadas por meio de financiamento interno disponibilizado a clientes, agências e franquias. O risco de perda nessa modalidade de financiamento é assumido pela Companhia, uma vez que não há transferência do risco. As perdas esperadas são reconhecidas nas demonstrações dos resultados, apenas nos casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, sendo registradas na rubrica “perda por redução ao valor recuperável de contas a receber”. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 4.1.2).

Reembolsos de companhias aéreas correspondem a reembolsos pagos referentes a solicitações realizadas por clientes.

O *aging* do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	554.713	(4.385)	550.328	640.000	(12.827)	627.173
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	36.818	(1.513)	35.305	25.133	(3.090)	22.043
Vencido de 30 até 180 dias	33.437	(7.478)	25.959	46.117	(15.626)	30.491
Vencido de 180 até 360 dias	20.821	(20.821)	-	21.028	(21.028)	-
Vencido a mais de 360 dias	15.154	(15.154)	-	55.190	(55.190)	-
Total	660.943	(49.351)	611.592	787.468	(107.761)	679.707

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	916.818	(6.936)	909.882	841.277	(11.282)	829.995
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	50.432	(2.979)	47.453	47.557	(4.760)	42.797
Vencido de 30 até 180 dias	48.298	(7.602)	40.696	68.715	(17.200)	51.515
Vencido de 180 até 360 dias	29.011	(22.302)	6.709	24.218	(24.218)	-
Vencido a mais de 360 dias	22.436	(22.436)	-	68.199	(68.199)	-
Total	1.066.995	(62.255)	1.004.740	1.049.966	(125.659)	924.307

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(213.756)	(248.161)
Adições e reversões	(13.724)	(12.196)
Perdas efetivadas	119.719	134.750
Variação cambial de conversão	-	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(107.761)	(125.659)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	(107.761)	(125.659)
Reversões e adições	(13.846)	(15.031)
Perdas efetivadas	72.256	78.173
Variação cambial de conversão	-	262
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(49.351)	(62.255)

O Grupo realizou antecipações de recebíveis de cartão de crédito que faziam parte de seu saldo de contas a receber durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Como os riscos associados a esses recebíveis foram transferidos às instituições financeiras, os respectivos saldos foram baixados. O montante dessas operações no exercício 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 935.826 (R\$ 948.590 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$ 1.166.450 (R\$ 1.063.970 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Os encargos financeiros relacionados a essas transações são registradas na rubrica de despesas financeiras, conforme descrito na nota 22.

7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores estão representados, em sua maioria, por pagamentos às companhias aéreas pela aquisição de bilhetes aéreos e pelos pagamentos antecipados a grandes redes hoteleiras, principalmente internacionais, de forma a garantir a disponibilidade e preços ofertados às reservas vendidas aos nossos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Companhias aéreas	427.085	363.349	475.770	410.375
Hotéis no Brasil e no exterior	24.905	24.646	46.031	42.135
Instituições Educacionais	36.094	24.060	36.094	24.060
Outros	60.207	56.452	114.582	78.014
Total	548.291	468.507	672.477	554.584

A composição da linha de companhias aéreas refere-se a pagamentos referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, sendo o saldo majoritariamente concentrado em companhias aéreas nacionais.

A composição da linha de outros refere-se em sua grande maioria a parques de diversões, eventos e cruzeiros marítimos.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de administração de cartões de crédito	17.143	16.473	19.422	17.730
Seguros	36.766	21.975	37.554	22.054
Licença de software	10.838	4.958	12.246	5.445
Adiantamento a funcionários	5	299	5	299
Outros	393	307	16.989	11.504
	65.145	44.012	86.216	57.032
Circulante	37.461	41.228	58.504	54.212
Não circulante	27.684	2.784	27.712	2.820

A linha de taxa de administração de cartões de crédito refere-se à porcentagem de vendas, conforme acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito. Esses valores são tratados como custos das vendas realizadas nessa modalidade e serão apropriadas ao resultado no efetivo embarque dos passageiros.

9. Investimentos

Política contábil:

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ágio	139.728	231.248
Investimento	136.344	140.879
Intangíveis alocados do preço de compra	69.894	142.402
Total	345.966	514.529
Investimentos	377.738	528.158
Provisão para perdas em investimento	(31.772)	(13.629)
	345.966	514.529



As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	SV Viagens	Visual	Trend	CVC S.A.U	Esferatur	Wetrek Technologies LLC	CVC Portugal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	179.185	-	196.653	(9.220)	174.235	4.205	25	545.083
Despesas com pagamentos baseados em ações	360	-	(74)	-	(29)	-	-	257
Equivalência patrimonial do exercício	(44.036)	(13.679)	(28.909)	25.468	(13.061)	-	118	(74.099)
Efeito reflexo no resultado abrangente	17.336	-	(431)	1.517	(2)	-	-	18.420
Aumento de capital em controlada	8.800	50	-	20.223	-	-	-	29.073
Baixa de investimento (a)	-	-	-	-	-	(4.205)	-	(4.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161.645	(13.629)	167.239	37.988	161.143	-	143	514.529
Despesas com pagamentos baseados em ações	335	-	-	-	-	-	-	335
Equivalência patrimonial do exercício (b)	2.439	(18.377)	(29.945)	44.309	(5.648)	-	(209)	(7.431)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(5.651)	-	26	(6.820)	-	-	-	(12.445)
Aumento de capital em controlada	6.173	300	-	-	-	-	-	6.473
Incorporação (c)	-	-	-	-	(155.495)	-	-	(155.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	164.941	(31.706)	137.320	75.477	-	-	(66)	345.966

- a) Em 07 de outubro de 2024, foi realizada a baixa por impairment de R\$ 4.205 da empresa Wetrek devido a extinção de suas operações, sendo R\$ 4.175 por impairment do ágio oriundo da participação e R\$ 30 dos resultados acumulados.
- b) Em 31 de agosto de 2025, foi reconhecida a provisão para impairment do saldo residual de ágio de R\$ 17.449 e marca de R\$ 207 da SV Viagens, com contrapartida no resultado de equivalência patrimonial da controladora. Vide notas explicativas 10 e 16.
- c) Em 30 de abril de 2025, foi realizada a incorporação da Esferatur pela CVC. Vide nota explicativa 9.1.

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024:

	31/12/2025					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Receita líquida	Resultado do exercício (b)	% Part.
SV Viagens (Consolidado)	416.465	333.889	82.576	147.201	(61.294)	100%
Trend (Consolidado)	360.321	394.270	(33.949)	130.334	(25.615)	100%
CVC S.A.U (Consolidado)	356.812	300.527	56.285	141.164	25.289	100%
Visual	127.002	158.508	(31.506)	20.554	(18.178)	100%
CVC Portugal	176	243	(67)	-	(209)	100%

	31/12/2024					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Receita líquida	Resultado do exercício (b)	% Part.
SV Viagens (Consolidado)	503.399	359.960	143.439	140.042	(43.210)	100%
Trend (Consolidado)	267.821	276.181	(8.360)	128.234	(27.997)	100%
CVC S.A.U (Consolidado)	318.014	280.027	37.987	115.916	25.467	100%
Visual	20.361	33.990	(13.629)	2.813	(13.679)	100%
Esferatur	8.533	27.236	(18.703)	5.781	(7.127)	100%
CVC Portugal	156	13	143	-	118	100%

(a) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(b) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

9.1 Incorporação controlada Esferatur

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 28 de março de 2025, foi aprovada a incorporação da controlada Esferatur pela controladora CVC em 30 de abril de 2025, com o objetivo de gerar maior sinergia na estrutura operacional e de negócios.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da empresa incorporada foi o valor contábil de seus ativos e passivos, conforme demonstrado a seguir:

	30/04/2025		30/04/2025
Ativo		Passivo	
<i>Circulante</i>		<i>Circulante</i>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.616	Fornecedores	821
Aplicação Financeira	300	Impostos e contribuições a pagar	23
Contas a receber de clientes	1.108	Contas a pagar – partes relacionadas	24.460
Contas a receber - partes relacionadas	351	Outras contas a pagar	3.057
Impostos a recuperar	549		
Outras contas a receber	(65)		
Total do ativo circulante	5.859	Total do passivo circulante	28.361
<i>Não circulante</i>		<i>Não circulante</i>	
Depósitos Judiciais	169	Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	245
Impostos a recuperar	203		
Ativo intangível	2		
Total do ativo não circulante	374	Total do passivo não circulante	245
		<i>Patrimônio líquido</i>	
		Capital social	54.904
		Outros resultados abrangentes	355
		Prejuízos acumulados	(77.632)
		Total do Patrimônio líquido	(22.373)
Total do ativo	6.233	Total do passivo e patrimônio líquido	6.233

10. Ativo intangível

Política contábil:

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou valor a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida.

Software e website

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	Anos
Software e <i>website</i>	3-5
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de *impairment*, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A baixa por *impairment* relacionada ao ágio não é revertida.

10.1 Composição dos saldos

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:



	Controladora						
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Total do intangível
Saldo em 01 de janeiro de 2024	287.796	857	146.913	27.875	3.333	-	466.774
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2024	688.024	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	973.905
Adições	76.682	-	-	-	-	-	76.682
Transferências para o ativo imobilizado	(112)	-	-	-	-	-	(112)
Baixas	(3.372)	-	-	-	-	(1.222)	(4.594)
31 de dezembro de 2024	761.222	16.877	146.913	116.170	4.699	-	1.045.881
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2024	(400.228)	(16.020)	-	(88.295)	(1.366)	(1.222)	(507.131)
Amortização	(95.953)	(192)	-	(14.543)	(256)	-	(110.944)
Baixas	446	-	-	-	-	1.222	1.668
31 de dezembro de 2024	(495.735)	(16.212)	-	(102.838)	(1.622)	-	(616.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	265.487	665	146.913	13.332	3.077	-	429.474
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2025	761.222	16.877	146.913	116.170	4.699	-	1.045.881
Incorporação de controlada	-	-	59.011	89.165	-	-	148.176
Adições	88.208	-	-	-	-	-	88.208
Transferências para o ativo imobilizado	61	-	-	-	-	-	61
Baixas	(5.874)	-	-	-	-	-	(5.874)
31 de dezembro de 2025	843.617	16.877	205.924	205.335	4.699	-	1.276.452
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2025	(495.735)	(16.212)	-	(102.838)	(1.622)	-	(616.407)
Amortização	(94.511)	(190)	-	(19.325)	(256)	-	(114.282)
Baixas	1.595	-	-	-	-	-	1.595
31 de dezembro de 2025	(588.651)	(16.402)	-	(122.163)	(1.878)	-	(729.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	254.966	475	205.924	83.172	2.821	-	547.358

	Consolidado							
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros (a)	Total do intangível
Saldo em 01 de janeiro de 2024	403.241	791	304.790	142.531	59.868	-	-	911.221
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2024	1.052.882	16.877	304.790	448.626	115.726	10.634	3.649	1.953.184
Adições	82.886	-	-	-	-	-	-	82.886
Transferências para o ativo imobilizado	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)
Baixas	(5.769)	-	-	-	-	(10.634)	(152)	(16.555)
Impairment	-	-	(6.659)	-	(2.687)	-	-	(9.346)
Reclassificações	2.658	-	-	-	-	-	(2.658)	-
Variação cambial de conversão	37.220	-	-	8.439	20.206	-	740	66.605
31 de dezembro de 2024	1.169.765	16.877	298.131	457.065	133.245	-	1.579	2.076.662
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2024	(649.641)	(16.086)	-	(306.095)	(55.858)	(10.634)	(3.649)	(1.041.963)
Amortização	(126.193)	(192)	-	(27.515)	(28.505)	-	-	(182.405)
Baixas	445	-	-	-	-	10.634	-	11.079
Reclassificações	(3.068)	-	-	-	-	-	3.068	-
Variação cambial de conversão	(21.045)	-	-	(511)	(11.006)	-	(998)	(33.560)
31 de dezembro de 2024	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	-	(1.579)	(1.246.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	370.263	599	298.131	122.944	37.876	-	-	829.813
31 de dezembro de 2024	370.263	599	298.131	122.944	37.876	-	-	829.813
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2025	1.169.765	16.877	298.131	457.065	133.245	-	1.579	2.076.662
Adições	118.128	-	-	-	-	-	-	118.128
Transferências para o ativo imobilizado	61	-	-	-	-	-	-	61
Baixas	(20.811)	-	-	-	-	-	(1.385)	(22.196)
Impairment	-	-	(17.449)	-	(207)	-	-	(17.656)
Variação cambial de conversão	(54.875)	-	-	(1.944)	(12.157)	-	(194)	(69.170)
31 de dezembro de 2025	1.212.268	16.877	280.682	455.121	120.881	-	-	2.085.829
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2025	(799.502)	(16.278)	-	(334.121)	(95.369)	-	(1.579)	(1.246.849)
Amortização	(138.966)	(190)	-	(22.322)	(10.243)	-	-	(171.721)
Baixas	15.662	-	-	-	-	-	1.385	17.047
Variação cambial de conversão	38.805	-	-	-	8.608	-	194	47.607
31 de dezembro de 2025	(884.001)	(16.468)	-	(356.443)	(97.004)	-	-	(1.353.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	328.267	409	280.682	98.678	23.877	-	-	731.913

(a) Para fins de apresentação efetuamos a baixa dos saldos de custo e amortização de outros totalmente amortizados.

10.2 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa, para teste de *impairment*. A Companhia realizou o teste de valor recuperável e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

10.3 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável das UGCs do Grupo, referente ao goodwill alocado, foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até 5 anos, conforme abaixo:

UGC	Carrying amount	Valor em Uso	Goodwill	Impairment
Consolidadora área	(6.318)	829.989	375.770	(214.004)
Trend	136.616	220.777	259.507	(191.089)
Experimento	21.871	76.004	44.159	-
Visual	(11.000)	60.768	17.988	(11.650)

Os ágios decorrentes das aquisições das empresas SV Viagens, OLA, Almundo, Avantrip e Biblos foram integralmente provisionados como resultado dos testes de *impairment* aplicados às respectivas UGCs, sendo que o ágio da SV Viagens foi provisionado em 2025, enquanto as provisões para *impairment* relativas aos ágios das demais empresas foram reconhecidas em exercícios anteriores.

10.4 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Consolidadora aérea, Trend, Experimento e Visual é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii).

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de desconto a valor presente pelo custo médio ponderado de capitais (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) de 18,47% (16,89% em 31 de dezembro de 2024).

10.5 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no valor em uso	Taxa de desconto		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Consolidadora área	18,47%	771.908	897.402
Trend	18,47%	201.971	242.699
Experimento	18,47%	70.811	82.028
Visual	18,47%	54.593	68.002

11. Fornecedores

Política contábil:

Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, entre outros, bem como a fornecedores relacionadas e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo, considerando vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aéreo	100.507	64.138	132.719	117.792
Hotel	166.870	167.986	396.950	238.953
Marítimo	-	-	22.080	11.335
Instituições educacionais	8.678	9.512	8.678	9.512
Locadora de veículos	7.795	10.449	15.930	17.729
Fornecedores administrativos e gerais	110.085	112.633	160.576	190.611
Total	393.935	364.718	736.933	585.932

12. Debêntures

Política contábil:

Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

				Controladora e Consolidado		
				31/12/2025		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão	18/04/2019	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	54.115	194.290	248.405
5ª emissão	28/01/2021	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	31.900	115.030	146.930
Total				86.015	309.320	395.335

				Controladora e Consolidado		
				31/12/2024		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão	18/04/2019	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	6.103	334.650	340.753
5ª emissão	28/01/2021	30/10/2028	CDI + 4,5% a.a.	3.347	198.221	201.568
Total				9.450	532.871	542.321

4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

- Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;

- b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture;

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série da debenture foi amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. E o valor nominal unitário da 2ª série das debêntures foi amortizado em duas parcelas com vencimento em 18 de abril de 2024 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 18 de abril de 2025.

5ª Emissão

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia ("RCA"), a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

A emissão das debentures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a captação de R\$ 436.405 e vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Companhia decorrente de instrumentos celebrados entre a Companhia, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente.

Reperfilamento das Debêntures realizado em 2024

Em 11 de setembro de 2024 a Companhia comunicou ao mercado por meio de Fato Relevante que havia chegado a um acordo com os debenturistas representantes das debentures de 4ª e 5ª emissão acerca dos termos e condições do novo reperfilamento das debentures em circulação. O acordo estava sujeito a concordância dos debenturistas em relação aos documentos definitivos e a aprovação em suas respectivas AGDs, bem como aprovações societárias da Companhia.

Em 24 de setembro de 2024 o RCA examinou e deliberou a convocação das AGDs da 4ª e 5ª emissão, a qual seria realizada em 16 de outubro de 2024.

O novo reperfilamento das debentures de 4ª e 5ª emissão foram aprovados em 16 de outubro de 2024 por meio da AGD, onde as cláusulas relativas ao prazo de vencimento das debêntures, fluxos de pagamento de carência de principal, taxas de juros remuneratórios, formas de pagamento e por conseguintes garantias foram alteradas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Cenário anterior a renegociação formalizada em 2024

Instrumento	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 499.561	R\$ 272.974
Data da Emissão	18/04/2019	21/01/2021
Data do Último Aditamento	06/04/2023	06/04/2023
Vencimento	30/11/2026	30/11/2026
Custo	CDI + 5,50% a.a.	CDI + 5,50% a.a.
Prêmio	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de maio e novembro	Semestral último dia útil de maio e novembro
Carência	Até 31/05/2024	Até 31/05/2024
Amortização	30/11/2024 (10%)	30/11/2024 (10%)
	30/11/2025 (45%)	30/11/2025 (45%)
	30/11/2026 (45%)	30/11/2026 (45%)

Cenário após a renegociação formalizada em 2024

Instrumento	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 346.540	R\$ 206.096
Data da Emissão	18/10/2024	18/10/2024
Vencimento	30/10/2028	30/10/2028
Custo	CDI + 4,50% a.a.	CDI + 4,50% a.a.
Prêmio	0,5% sobre o saldo nominal das debêntures, multiplicado pelo prazo médio ponderado das debêntures.	0,5% sobre o saldo nominal das debêntures, multiplicado pelo prazo médio ponderado das debêntures.
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de abril e outubro	Semestral último dia útil de abril e outubro
Carência	Até 30/04/2025	Até 30/04/2025
Amortização	30/10/2026 (20%)	30/10/2026 (20%)
	30/04/2027 (20%)	30/04/2027 (20%)
	30/10/2027 (20%)	30/10/2027 (20%)
	30/04/2028 (20%)	30/04/2028 (20%)
	30/10/2028 (20%)	30/10/2028 (20%)

A Companhia avaliou, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, se os termos e condições existentes nas escrituras das debêntures de 4ª e 5ª emissão após o reperfilamento se enquadram no conceito de desconhecimento de passivo financeiro e, para tanto, realizou análises qualitativas e quantitativas de acordo com os requerimentos existentes no pronunciamento contábil. As análises quantitativas resultaram em uma mudança nos fluxos de caixa que foram caracterizadas como não substanciais e, conseqüentemente a conclusão resultou em uma modificação dos passivos financeiros existentes.

O impacto contábil decorrente da modificação resultou em um ganho líquido de R\$ 14.980 reconhecido no resultado financeiro na data da renegociação, com contrapartida ao passivo, ganho que vem sendo amortizado ao longo do prazo restante do passivo modificado.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa das debêntures da 4ª e 5ª emissões, conforme previsto nas respectivas escrituras de debêntures firmadas no reperfilamento firmado em 11 de setembro de 2024. O valor total amortizado foi de R\$ 150.000 referentes ao principal, R\$ 43.000 de juros remuneratórios e R\$ 2.972 de prêmio, totalizando R\$ 196.504.

É importante destacar que os pagamentos efetuados não resultaram em modificação das condições pactuadas das debêntures.

Covenants

As cláusulas de vencimento antecipado permanecem inalteradas após o reperfilamento das debêntures de 4ª e 5ª emissão realizadas em 2024, sendo os índices financeiros a serem observados os seguintes:

Índice financeiro a ser observado
(i) Limite de Dividendos de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano;
(ii) Limitação de CAPEX de R\$125.000.000,00 ao ano, apurados anualmente a partir dos lançamentos referentes à adição de intangível e imobilizado apurados no fluxo de caixa de atividades de investimentos no fechamento de cada exercício;
(iii) Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA $\leq$ 3,5x a ser apurado trimestralmente a partir de dezembro de 2023 (inclusive) até dezembro de 2024 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA $\leq$ 3,0x a partir de março de 25 (inclusive) e até dezembro de 2025 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA $\leq$ 2,5x trimestralmente a partir de março de 26 (inclusive) até a data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui a exigência de cumprimento de cláusula restritiva e estavam adimplentes nos trimestres e exercício.

13. Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil:

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas.

O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Direito de uso						
Em 1 de janeiro de 2024	4.517	41.294	45.811	18.006	44.761	62.767
Adições de novos contratos	73	7.049	7.122	23.014	7.049	30.063
Reajuste de contrato	345	431	776	960	(262)	698
Amortização	(3.394)	(19.304)	(22.698)	(11.094)	(20.055)	(31.149)
Baixa	(289)	-	(289)	(406)	-	(406)
Ajustes de conversão	-	-	-	1.553	-	1.553
Em 31 de dezembro de 2024	1.252	29.470	30.722	32.033	31.493	63.526
Adições de novos contratos	840	20.080	20.920	1.265	33.074	34.339
Reajuste de contrato	8.196	11.262	19.458	9.804	10.466	20.270
Amortização	(4.268)	(32.355)	(36.623)	(12.201)	(39.052)	(51.253)
Ajustes de conversão	-	-	-	(2.166)	63	(2.103)
Em 31 de dezembro de 2025	6.020	28.457	34.477	28.735	36.044	64.779

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Passivo de arrendamento						
Em 1 de janeiro de 2024	332	48.570	48.902	16.834	51.707	68.541
Adições de novos contratos	73	7.049	7.122	23.014	7.049	30.063
Reajuste de contrato	345	431	776	960	(262)	698
Pagamento	(123)	(22.139)	(22.262)	(8.319)	(22.617)	(30.936)
Juros incorridos	400	3.101	3.501	3.794	3.272	7.066
Juros pagos	(400)	(3.101)	(3.501)	(3.794)	(3.272)	(7.066)
Baixa	(168)	-	(168)	(136)	-	(136)
Ajustes de conversão	-	-	-	1.596	659	2.255
Em 31 de dezembro de 2024	459	33.911	34.370	33.949	36.536	70.485
Adições de novos contratos	840	20.080	20.920	1.265	33.074	34.339
Reajuste de contrato	8.196	11.262	19.458	9.804	10.466	20.270
Pagamento	(3.520)	(35.223)	(38.743)	(12.617)	(41.858)	(54.475)
Juros incorridos	323	4.131	4.454	3.317	5.301	8.618
Juros pagos	(323)	(4.131)	(4.454)	(3.317)	(5.301)	(8.618)
Ajustes de conversão	-	-	-	(2.573)	(258)	(2.831)
Em 30 de dezembro de 2025	5.975	30.030	36.005	29.828	37.960	67.788
Circulante			21.686			36.406
Não circulante			14.319			31.382

A Taxa de desconto utilizada varia de 6,14% até 12,53% a.a.

13.1 Maturidade dos passivos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2026	2027	2028	2029	2030	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	4,05%	3,80%	3,50%	3,50%	3,50%	
Controladora	23.888	13.098	1.333	229	191	38.739
Consolidado	51.258	25.036	6.607	2.514	191	85.607

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

Política contábil:

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos do Grupo para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. As provisões tributárias, trabalhistas e previdenciário são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo independente da classificação de risco.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (a)	Tributários	Total
Em 01 de janeiro de 2024	11.841	72.423	2.387	86.651
Adições	3.811	28.432	-	32.243
Pagamentos	(622)	(24.257)	-	(24.879)
Reversões	(3.570)	(32.661)	(1.394)	(37.625)
Atualização Monetária	852	-	158	1.010
Em 31 de dezembro de 2024	12.312	43.937	1.151	57.400
Incorporação de controladas	102	144	-	246
Adições	2.611	34.660	765	38.036
Pagamentos	(111)	(26.400)	-	(26.511)
Reversões	(5.401)	(7.371)	-	(12.772)
Atualização Monetária	1.683	-	64	1.747
Em 31 de dezembro de 2025	11.196	44.970	1.980	58.146

	Consolidado				
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (a)	Tributários	Passivo contingente (b)	Total
				Trabalhistas e Previdenciárias	
Em 01 de janeiro de 2024	16.150	145.004	5.113	4.664	170.931
Adições	5.744	39.322	290	-	45.356
Pagamentos	(1.300)	(32.942)	-	-	(34.242)
Transferência	(246)	246	-	-	-
Reversões	(3.170)	(44.072)	(3.818)	(128)	(51.188)
Atualização Monetária	2.272	4.512	158	-	6.942
Variação cambial de conversão	(3.766)	19.137	522	2.239	18.132
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.684	131.207	2.265	6.775	155.931
Em 31 de dezembro de 2025	14.550	54.335	4.360	6.882	80.127
Adições	3.892	44.360	2.155	896	51.303
Pagamentos	(573)	(36.527)	-	-	(37.100)
Reversões	(6.142)	(73.263)	-	-	(79.405)
Atualização Monetária	1.878	1.112	64	-	3.054
Variação cambial de conversão	(189)	(12.554)	(124)	(789)	(13.656)

- (a) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e danificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários.
- (b) Passivo contingente de natureza trabalhista, previdenciária e tributária (IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e ISS), oriundo de combinação de negócios da Ola.

Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

Durante o exercício de 2025, a Companhia revisitou a avaliação de risco do processo judicial envolvendo o Procon-SP, o qual está associado a cobrança de multas e taxas aplicadas para os casos de alteração na contratação ou rescisão contratual. Anteriormente estava classificado como passivo contingente de perda possível em razão de decisão desfavorável em segunda instância, concluindo que a perspectiva de perda passou a ser considerada provável. Dessa forma, a Companhia reconheceu a respectiva provisão. Ressalta-se que o processo aguarda novo julgamento, cuja definição permitirá a atualização do montante a ser contabilizado, caso haja alteração relevante no valor estimado.

14.1 Passivos contingentes

Os processos de natureza trabalhista, tributária e cível, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível, totalizaram R\$ 849.540 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 774.448 em 31 de dezembro de 2024) e, consequentemente, não foram provisionadas. Os principais processos são os seguintes:

Dedutibilidade fiscal do ágio

Cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total atualizado de R\$ 522.004 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 459.984 em 31 de dezembro de 2024).

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo administrativo iniciado pelo auto de infração.

Esta decisão (ainda em primeira instância na esfera administrativa) cancelou provisoriamente os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas.

A Fazenda apresentou Recurso Voluntário quanto as matérias julgadas improcedentes na Turma de Julgamento e a Companhia recorreu acerca da parcela mantida do auto de infração pela Turma de Julgamento. Ambos os recursos foram julgados em dezembro de 2024, sendo decidido (I) pelo voto de qualidade, restabelecer a glosa do ágio amortizado, das despesas financeiras e dos JSCPs pagos em excesso; (II) também pelo voto de qualidade, restabelecer as multas isoladas; (III) por unanimidade, manter a glosa do *earn out* alegadamente deduzido em duplicidade por falta de provas; (IV) também por unanimidade, confirmar a redução da multa de ofício para 75% e o cancelamento da multa agravada. Tanto a Fazenda quanto a Companhia apresentaram Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento. Em outubro de 2025, ocorreu o julgamento que (i) acolheu os embargos da Fazenda Nacional, sem efeitos infringentes, e (ii) acolheu os embargos do contribuinte, com parciais efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso de ofício no tocante às infrações de JCP deduzidos em excesso nos ACs 2015 e 2016, dada a nulidade das exigências do IRPJ e da CSLL sobre tais rubricas naquelas competências. Em novembro de 2025, foi interposto o Recurso Especial da CVC. Aguardando o resultado do exame de admissibilidade do Responsável.

Imposto de renda sobre pagamento baseado em ações

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato.

O valor da exposição tributária atualizada da CVC e dos participantes é de R\$ 307.487, com chance de perda possível, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia.

O processo encontra-se em fase de conhecimento. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência realizado pela CVC e os beneficiários para determinar à União que se abstenha de exigir: (I) contribuições previdenciárias e de terceiros da CVC; (II) multa por suposta ausência de retenção do imposto de renda devido pelos participantes; e (III) imposto de renda devido pelos participantes. Todavia, em agosto de 2019, parte da tutela antecipada foi reconsiderada, o que resultou no seu indeferimento parcial. A CVC apresentou recurso quanto a parte indeferida parcialmente da tutela.

Destaca-se que, em setembro de 2025, houve a prolação da sentença que reconheceu a natureza mercantil dos planos de *Stock Options* da Companhia. Houve apresentação de embargos de declaração pela CVC e pela União.

O imposto de renda à alíquota de 27,5% foi objeto de depósito judicial para garantia do juízo para os exercícios posteriores ao ajuizamento da ação; para os exercícios anteriores, o depósito consistiu na diferença entre a alíquota de 27,5% e o imposto de renda sobre ganho de capital já pago pelo participante (15%). O saldo atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 144.369 (R\$ 127.395 em 31 de dezembro de 2024).

Demandas judiciais (trabalhistas)

Trata-se de reclamação trabalhista, distribuída em março de 2022, com estimativa de perda possível atualizada em dezembro de 2025 no montante de R\$ 20.048 (R\$ 15.892 em 31 de dezembro de 2024). Os principais pedidos são: (I) danos morais e danos materiais por supostas informações desabonadoras na mídia, tendo em vista que tais divulgações estão dificultando a recolocação do reclamante no mercado de trabalho; (II) danos materiais sob alegação de pagamento de bônus e de Stock Option. O caso ainda aguarda audiência e julgamento.

Subsidiárias argentinas

Em 2023, a Companhia registrou provisão de R\$ 54.223 (US\$ 11.200), referente a risco então classificado como provável. Após reavaliação jurídica em 2025, considerando a ausência de obrigação presente, a reclassificação do risco para possível e a consequente inexistência de base confiável para mensuração, a provisão foi revertida.

14.2 Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	920	840	3.003	3.145
Tributários	118.998	102.034	118.998	102.034
Cível	27.683	32.996	31.611	39.537
Bloqueio judicial	273	211	391	697
Total	147.874	136.081	154.003	145.413

O principal depósito judicial da Companhia refere-se à ação judicial sobre o pagamento baseado em ações apresentada na nota 14.1. Os saldos acumulados dos depósitos judiciais totalizam em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 118.998 (R\$ 102.034 em 31 de dezembro de 2024).

15. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

15.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.176)	(93.094)	(724)	(83.367)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	2.440	31.652	246	28.345
Equivalência patrimonial	(2.527)	(25.194)	-	-
Receitas/despesas não tributáveis/in dedutíveis	(5.233)	(3.375)	(24.496)	(12.213)
Variação na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos	3.899	(102.655)	(4.303)	(156.874)
Reconstituição e movimentação de diferenças temporárias	(32.936)	117.180	(34.265)	129.061
Diferido sobre mais-valia (a)	(5.405)	-	(5.405)	-
Baixa do diferido ativo	6.003	-	27.669	(7.768)
Outros	-	-	343	(524)
Imposto de renda e contribuição social	(33.759)	(10.247)	(40.211)	(19.974)
Corrente	-	-	(29.145)	(1.428)
Diferido	(33.759)	(10.247)	(11.066)	(18.546)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(33.759)	(10.247)	(40.211)	(19.974)
Alíquota efetiva (b)	-28%	-11%	-32%	-24%

(a) Efeito de amortização da Esferatur e constituição de diferido sobre mais-valia da SV Viagens.

(b) Efeito do reconhecimento de ativo fiscal diferido relacionado à mais-valia da investida SV Viagens, não considerado na controladora e consolidado para fins de cálculo da alíquota efetiva.

15.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

Em 17 de março de 2022 o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei nº 14.148/21 ("Lei do PERSE"), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ. Em decorrência dessa alteração, que passou a valer a partir da promulgação pelo Presidente da República no dia 18 de março de 2022. Contudo, a Lei nº 14.859/2024, juntamente com a Instrução Normativa RFB nº 2.195/2024, estabeleceram novas regras para habilitação e utilização dos benefícios fiscais do PERSE. Tendo em vista, os impactos para fins de CSLL e IRPJ a Administração revisou seus saldos de tributos diferidos, registrando-os de acordo com sua alíquota estimada de realização.



A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora						
	01/01/2024	Resultado do exercício	Reconstituição Dif. temporárias	31/12/2024	Resultado do exercício	Outros	31/12/2025
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	36.639		36.639	(19.860)	-	16.779
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	31.484		(10.247)	21.237	254	-	21.491
Ganhos e perdas com derivativos	-	221		221	379	-	600
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	-	9.528		9.528	3.570	-	13.098
Contratos de arrendamento	-	2.719		2.719	5.729	-	8.448
Outras provisões administrativas	-	23.405		23.405	(5.867)	-	17.538
Receitas Diferidas	-	11.275		11.275	(5.956)	-	5.319
Mais-valia de ativos e passivo contingente (a)	(17.220)	5.540		(11.680)	(1.334)	-	(13.014)
Incorporação de controlada (b)	-	-	-	-	(5.405)	29.697	24.292
Prejuízos fiscais (c)	600.583	27.855		628.438	22.019	-	650.457
Outras provisões					(87)	-	(87)
Imposto de renda diferido	614.847	117.182	(10.247)	721.782	(6.558)	29.697	744.921
Tributos diferidos não reconhecidos	(243.050)	(117.182)	-	(360.232)	(27.201)	-	(387.433)
Imposto de renda diferido	371.797	-	(10.247)	361.550	(33.759)	29.697	357.488

	Consolidado								
	01/01/2024	Reconhecido em			31/12/2024	Reconhecido em			31/12/2025
		Resultado do exercício	Reconstituição Dif. temporárias	Outros		Resultado do exercício	Outros		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	39.913	-	39.913	(23.445)	-	16.468	
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	38.031	(13.836)	-	-	24.195	54	-	24.249	
Ganhos e perdas com derivativos	-	-	(644)	-	(644)	(428)	-	(1.072)	
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	-	-	10.154	-	10.154	2.942	-	13.096	
Contratos de arrendamento	-	-	2.717	-	2.717	5.697	-	8.414	
Outras provisões administrativas	-	-	23.948	-	23.948	(6.602)	-	17.346	
Receitas Diferidas	-	-	11.275	-	11.275	(5.956)	-	5.319	
Impairment (d)	(28.047)	(7.768)	-	-	(35.815)	(7.263)	-	(43.078)	
Mais-valia de ativos e passivo contingente (a)	104.845	97	5.540	3.019	113.501	28.350	7.296	149.147	
Incorporação de controlada (b)	-	-	-	-	-	(5.405)	-	(5.405)	
Prejuízos fiscais (c)	734.663	12.781	36.159	-	783.603	32.975	-	816.578	
Outras provisões	-	(236)	-	-	(236)	3.417	-	3.181	
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	849.492	(8.962)	129.062	3.019	972.611	24.336	7.296	1.004.243	
Tributos diferidos não reconhecidos	(303.355)	(9.584)	(129.062)	-	(442.001)	(35.402)	-	(477.403)	
Imposto de renda diferido	546.137	(18.546)	-	3.019	530.610	(11.066)	7.296	526.840	

(a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior.

(b) Inclui impactos da incorporação da Esferatur pela CVC.

(c) Refere-se à imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais.

(d) Refere-se a baixa por impairment do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2.223 da SV Viagens, R\$ 11.904 da Esferatur, R\$13.920 da Visual e R\$ 7.768 da Trend em 2024, em 2025 ocorreu a baixa de impairment na Trend de R\$ 7.263, totalizando o montante de R\$ 43.078.

15.3 Compensação dos impostos diferidos

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:

Ano Calendário 2026
Ano Calendário 2027
Ano Calendário 2028
Ano Calendário 2029
Ano Calendário 2030
Ano Calendário 2031 a 2035

Total reconhecido

Tributos não reconhecidos (prejuízo fiscal)

Total dos prejuízos fiscais

Controladora	Consolidado
10.321	10.357
21.294	29.362
42.362	57.410
58.788	80.071
66.678	91.477
63.581	45.140
263.024	313.817
387.433	502.761
650.457	816.578

16. Contas a pagar – Aquisição de controlada e investida

Total contas a pagar de aquisição de controlada
Total contas a pagar de aquisição de investida
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida

Controladora e Consolidado			
31/12/2025		31/12/2024	
Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
-	-	96.034	-
1.432	1.535	851	1.994
1.432	1.535	96.885	1.994

Em 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas com previsão de pagamento variável vinculado ao desempenho da operação da SV Viagens, por meio do mecanismo denominado Purchase Price Cap (PPC), com valor máximo de R\$ 80.000. Os valores foram apurados e pagos anualmente ao longo do contrato com base em métricas de visitas e conversão.

A obrigação de pagamento adicional vinculada ao PPC somente se consolida ou se extingue no encerramento contratual, conforme cláusulas do *Quota Purchase Agreement* (QPA) e do *Trademark License Agreement* (TLA). O contrato foi encerrado em 31 de agosto de 2025, sem manifestação de prorrogação por qualquer das partes.

Considerando que não há obrigação residual de pagamento, uma vez que o PPC representa um limite máximo e não um valor fixo contratual. A reversão da provisão foi realizada no exercício de 2025, em virtude da extinção da obrigação. Esse cenário foi confirmado com o término do contrato.

Em setembro, foi revertido o valor total de R\$ 104.640, sendo R\$ 44.243 (valor principal) como outras receitas operacionais e R\$ 60.398 no resultado financeiro (atualização de juros). Adicionalmente, a administração avaliou os ativos oriundos da aquisição e reconheceu uma provisão para *impairment* no montante de R\$ 17.656 no grupo de outras receitas e despesas operacionais.



17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito é de R\$ 1.755.264 (R\$ 1.755.264 em 31 de dezembro de 2024), representado por 525.591.097 (525.591.097 em 31 de dezembro de 2024), ações ordinárias e sem valor nominal.

17.2 Planos de Incentivo a Longo Prazo

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações, a serem liquidados com ações ou dinheiro, pelos quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações.

Como determinado no Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em ações, os custos dos instrumentos são mensurados pelo valor justo na data da outorga, com base no modelo Black-Scholes precificação de ações, exceto para o plano SOP 2025, que o modelo de precificação de ações utilização foi o Binominal.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas em seu patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício, de acordo com as vigências de cada plano.

Atualmente, a Companhia possui o total de dois planos de Incentivo de Longo Prazo: o Plano de opção de compra de ações e o Plano de ações restritas.

Os participantes indicados, observam as regras e condições definidas a cada programa, conforme definido em assembleia e aprovado pelo Conselho de Administração. Os programas têm como objetivo recompensar os participantes que contribuam para o melhor desempenho da Companhia e a valorização das ações, visando: (i) atrair, reter e motivar os participantes; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia; e (iii) ampliar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis da Companhia.

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) para 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão detalhadas abaixo:

Outorgas	Modelo precificação	Data da outorga	Valor justo médio	Valor do exercício	Prazo maturidade estimado	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2025 (Quant./mil)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Modificadas	Saldo em 31/12/2025 (Quant./mil)	Disponível para exercício
Plano 2	Black-Scholes	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	-	-	-	64	64
ILP Talentos	Black-Scholes	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	363	-	(196)	(167)	-	-	-
SOP 2024	Black-Scholes	28/05/2024	R\$ 3,39	R\$ 3,39	5 anos	168,49%	11.670	385	-	(122)	(8.798)	3.135	2.982
SOP 2025 (a)	Binominal	08/01/2025	R\$ 2,40	R\$ 2,40	3 anos	74,15%	-	12.535	-	(213)	8.798	21.120	7.040
SOP 2025 - 2º Prog (a)	Binominal	29/08/2025	R\$ 2,48	R\$ 2,48	3 anos	66,56%	-	450	-	-	-	450	-
							12.097	13.370	(196)	(502)	-	24.769	10.086

Outorgas	Modelo precificação	Data da outorga	Valor justo médio	Valor do exercício	Prazo maturidade estimado	Volatilidade esperada	Saldo em 01/01/2024 (Quant./mil)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo em 31/12/2024 (Quant./mil)	Disponível para exercício
Plano 2	Black-Scholes	10/11/2013	R\$ 14,44	R\$ 22,46	13 anos	44,35%	64	-	-	-	64	64
ILP CVC	Black-Scholes	09/12/2015	R\$ 23,57	N/A	3 anos	36,22%	24	-	(24)	-	-	-
ILP Talentos	Black-Scholes	01/10/2021	R\$ 22,95	N/A	6 anos	N/A	407	-	-	(44)	363	143
ILP Talentos 2023	Black-Scholes	01/04/2023	R\$ 3,28	N/A	6 anos	N/A	500	-	-	(500)	-	234
SOP 2024	Black-Scholes	28/05/2024	R\$ 3,39	R\$ 3,39	5 anos	168,49%	-	11.670	-	-	11.670	2.940
							995	11.670	(24)	(544)	12.097	3.381

- (a) Em 08 de janeiro de 2025 e 13 de agosto de 2025, foi aprovado o plano de Opção de Compra de Ações para determinados executivos da Companhia, com o objetivo de conceder aos beneficiários a oportunidade de adquirir ações de emissão, visando ampliar os níveis de comprometimento com a geração de resultados sustentáveis.

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 10.236 alocada em despesas gerais e administrativas, líquida de encargos sociais (R\$ 8.594 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

17.3 Ágio em transações de capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 183.846 e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores.

17.4 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 4.792.509 ações em tesouraria (8.326 em 31 de dezembro de 2024) no montante de R\$ 9.817 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2024). As movimentações nessa rubrica referem-se à recompra de ações e às transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações, conforme descrito na nota 17.2.

18. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem, principalmente, operações envolvendo a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos, realizadas a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

As condições e os montantes dessas transações estão demonstrados a seguir:

18.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2025	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
SV Viagens (a)	8.784	90.279
Visual (a)	49.152	280
Trend (a)	175.363	13.068
CVC S.A.U (b)	-	127.651
Avantrip (a)	3.324	-
Almundo Argentina (d)	636	-
Ola (c)	12.138	-
CVC Portugal	137	-
Total	249.534	231.278

	Controladora	
	31/12/2024	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
SV Viagens (a)	8.435	51.010
Visual (a)	10.234	65
Trend (a)	80.432	12.040
CVC S.A.U (b)	-	27.980
Avantrip (a)	3.183	-
Almundo Argentina (d)	6.311	-
Esferatur (a)	20.518	280
Ola (c)	11.624	-
Total	140.737	91.375

(a) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

(b) Referem-se a despesas com a Diretoria da Avantrip, Biblos e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar.

(c) Refere-se ao pagamento de títulos da OLA S.A realizados pela CVC.

(d) Refere-se a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e empréstimos a receber.



18.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração

A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outros benefícios de curto prazo	37.932	30.682
Pagamentos baseados em ações	35	130
Total	37.967	30.812

19. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil:

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contratos a embarcar	1.313.963	1.158.928	1.669.183	1.556.191
Carta de crédito	27.198	41.091	29.661	43.897
Adiantamento	31.327	29.092	31.346	29.429
Reembolso	4.049	7.676	4.244	10.219
Outros	2.993	800	5.419	1.032
Total	1.379.530	1.237.587	1.739.853	1.640.768
Circulante	1.376.384	1.235.623	1.736.695	1.638.749
Não circulante	3.146	1.964	3.158	2.019

Os saldos na rubrica carta de crédito referem-se a remarcações de reservas e serviços que resultaram na concessão de crédito para compras futuras. O valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento.

Os adiantamentos correspondem a créditos adquiridos pelos clientes na modalidade vale viagem, por meio da qual o cliente realiza pagamentos mensais e acumula crédito para utilização futura na conversão em pacotes/produtos com a CVC, sem que haja, até o momento, reserva vinculada. O prazo limite para solicitação de reembolso é de 18 meses.

20. Receita líquida de vendas

Política contábil:

As principais fontes de receita da Companhia são:

- Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento aéreo) que compreende a comercialização de assentos.
- Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro-viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e
- Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto para fretamento aéreo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes.

Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como 'agente' ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de 'agente', reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros.

Com relação ao produto denominado fretamento aéreo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente e, portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como 'principal' na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

- a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e
- demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

- a receita de fretamento decorrente da venda de assentos de aeronave ("fretamento aéreo") e seus respectivos custos dos serviços prestados são reconhecidos no momento do embarque dos clientes.

Ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza ajustes para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Doméstico	660.400	579.240	838.755	721.977
Internacional	350.561	294.758	637.176	543.860
Cruzeiro marítimos	56.546	82.421	60.962	88.486
Receita bruta de serviços ("agente")	1.067.507	956.419	1.536.893	1.354.323
Fretamentos	47.613	116.870	47.613	116.870
Receita bruta de serviços ("principal")	47.613	116.870	47.613	116.870
Receita bruta de serviços	1.115.120	1.073.289	1.584.506	1.471.193
Impostos sobre venda	(52.003)	(23.566)	(80.509)	(34.335)
Outros custos de cancelamento	(14.447)	(21.746)	(15.504)	(16.095)
Receita líquida de serviços	1.048.670	1.027.977	1.488.493	1.420.763

21. Custos e despesas operacionais

21.1 Custos dos serviços prestados

Política contábil:

O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento aéreo quando atua como principal nas vendas desses pacotes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo de serviços (Fretamentos)	(42.699)	(105.947)	(42.699)	(105.947)
Total	(42.699)	(105.947)	(42.699)	(105.947)

21.2 Despesas operacionais

Política contábil:

O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas.

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(382.489)	(328.036)	(547.400)	(490.440)
Serviços de terceiros (a)	(159.999)	(176.654)	(343.695)	(348.277)
Taxa de cartão de crédito	(84.398)	(84.914)	(110.819)	(110.810)
Depreciação e amortização	(153.036)	(137.624)	(229.717)	(222.503)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(13.846)	(13.724)	(15.031)	(12.196)
Impairment (b)	-	-	(17.655)	-
Outros (c)	30.373	(22.114)	93.780	(39.775)
Total	(763.395)	(763.066)	(1.170.537)	(1.224.001)
Despesas de vendas	(227.016)	(202.804)	(288.500)	(253.824)
Despesas gerais e administrativas	(588.973)	(563.301)	(975.982)	(963.863)
Outras receitas operacionais	52.594	3.039	93.945	(6.314)
Total	(763.395)	(763.066)	(1.170.537)	(1.224.001)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.

(b) Em 31 de agosto de 2025, foi reconhecida a provisão para impairment do saldo residual de ágio e marca da SV Viagens. Vide nota explicativa 16.

(c) Outras receitas e despesas operacionais incluem, principalmente, a reversão do valor principal de R\$ 44.243 referente a reversão da provisão para pagamento à SV Viagens, os efeitos decorrentes de contratos de parceria com fornecedores, reversões relacionadas a fornecedores de longa data, perdas operacionais oriundas de gastos não vinculados a reservas embarcadas, bem como despesas associadas a passivos contingentes.

22. Resultado financeiro

Política contábil:

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Encargos financeiros (a)	(143.545)	(134.053)	(143.308)	(145.593)
Juros das aquisições	(8.993)	(10.109)	(8.993)	(10.109)
Imposto sobre transações bancárias (b)	(12.743)	(6.043)	(45.760)	(25.960)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(144.248)	(93.855)	(163.443)	(105.158)
Juros passivos – IFRS 16	(4.454)	(3.501)	(8.618)	(7.066)
Outros (c)	(11.233)	(11.587)	(33.974)	(32.558)
Total de despesas financeiras	(325.216)	(259.148)	(404.096)	(326.444)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	12.083	15.576	15.613	20.643
Juros ativos (d)	70.370	9.332	73.876	19.103
Atualização de depósito judiciais	12.359	11.335	12.359	11.335
Outros (e)	2.817	17.575	32.286	77.500
Total de receitas financeiras	97.629	53.818	134.134	128.581
Variação cambial, líquida (f)	(14.734)	27.371	(6.019)	23.681
Despesas financeiras, líquidas	(242.321)	(177.959)	(275.981)	(174.182)

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures, taxas de financiamento e tarifas bancárias.

(b) Referem-se a impostos incidentes sobre as transações bancárias, sendo: impostos sobre operações financeiras (IOF) no Brasil, no montante de R\$ 16.882 (R\$ 5.446 em dezembro de 2024), e impuesto al cheque na Argentina, no montante de R\$ 28.878 (R\$ 10.974 em dezembro de 2024).

(c) Inclui principalmente a atualização das contingências não materializadas e deságio nas operações de cessão de direitos creditórios com instituições financeiras.

(d) Referem-se, principalmente, aos juros no valor de R\$ 60.398, decorrentes da reversão da provisão para pagamento à SV Viagens. Vide nota explicativa 16.

(e) Referem-se principalmente ao maior volume de venda em dólar na Argentina, com consequente ganho cambial na conversão.

(f) Referem-se principalmente a variação cambial nas subsidiárias da Argentina e os efeitos de ganho e perda com hedge.

23. Prejuízo por ação

Política contábil:

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício. As ações em tesouraria, descritas na Nota 17.6, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(40.935)	(103.341)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	<u>525.583</u>	<u>525.583</u>
Prejuízo por ação - básico (R\$)	<u>(0,08)</u>	<u>(0,20)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	<u>525.583</u>	<u>525.583</u>
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024	525.583	
Efeito das ações emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025	-	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>525.583</u>	

Em função do prejuízo nos exercícios, as ações ordinárias potenciais têm efeito antidiluidor. Desta forma, o resultado por ação básico e diluído são iguais.



24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Controladora						
	01/01/2025	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2025
Debêntures – Circulante	9.450	(150.000)	(98.644)	101.658	-	223.551	86.015
Debêntures - Não circulante	532.871	-	-	-	-	(223.551)	309.320
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	96.885	-	-	(51.791)	(44.243)	581	1.432
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	1.994	(229)	(36)	387	-	(581)	1.535
Passivo de arrendamento	34.538	(38.743)	(4.454)	4.454	40.379	-	36.005
Total	675.738	(188.972)	(103.134)	54.708	(3.864)	-	434.307

	Consolidado						
	01/01/2025	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2025
Debêntures – Circulante	9.450	(150.000)	(98.644)	101.658	-	223.551	86.015
Debêntures - Não circulante	532.871	-	-	-	-	(223.551)	309.320
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	96.885	-	-	(51.791)	(44.243)	581	1.432
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	1.994	(229)	(36)	387	-	(581)	1.535
Passivo de arrendamento	69.565	(54.475)	(8.618)	8.455	51.941	-	67.788
Total	710.765	(204.704)	(107.298)	58.709	7.698	-	466.090



Debêntures – Circulante
 Debêntures - Não circulante
 Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante
 Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante
 Passivo de arrendamento
Total

Controladora						
01/01/2024	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2024
161.497	(160.000)	(193.848)	106.158	-	95.643	9.450
628.514	-	-	-	-	(95.643)	532.871
22.102	-	-	-	-	74.783	96.885
84.990	(15.167)	(3.207)	10.161	-	(74.783)	1.994
48.902	(22.262)	(3.501)	3.501	7.898	-	34.538
946.005	(197.429)	(200.556)	119.820	7.898	-	675.738

Debêntures – Circulante
 Debêntures - Não circulante
 Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante
 Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante
 Passivo de arrendamento
Total

Consolidado						
01/01/2024	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2024
161.497	(160.000)	(193.848)	106.158	-	95.643	9.450
628.514	-	-	-	-	(95.643)	532.871
22.102	-	-	-	-	74.783	96.885
84.990	(15.167)	(3.207)	10.161	-	(74.783)	1.994
68.541	(30.936)	(7.066)	8.265	30.761	-	69.565
965.644	(206.103)	(204.121)	124.584	30.761	-	710.765

25. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento (a)	40.379	7.898	51.941	30.761
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(12.445)	18.420	(12.445)	18.420
Aumento de capital em controlada	-	20.223	-	-
Outras contas a receber (b)	1.206	1.206	1.206	1.206
Total	(15.103)	47.747	(3.541)	50.387

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 13.

(b) Valor referente a saldos de comissionamento a diferir conforme período contratual.

26. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2025
Risco civil	120.502
Responsabilidade civil administradores e diretores	101.507
Riscos gerais/cíveis	87.151
Total	309.160

27. Segmentos reportáveis

Política contábil:

O CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os Segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisão sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. A melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina. Os resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).



26.1 Resultados por segmento

	31/12/2025		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	1.243.278	245.215	1.488.493
Custo dos serviços prestados	(42.699)	-	(42.699)
Lucro Bruto	1.200.579	245.215	1.445.794
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(256.952)	(31.548)	(288.500)
Despesas gerais e administrativas	(764.031)	(211.951)	(975.982)
Outras despesas (receitas) operacionais	26.561	67.384	93.945
Lucro antes do resultado financeiro	206.157	69.100	275.257
Resultado financeiro	(272.945)	(3.036)	(275.981)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(66.788)	66.064	(724)
Imposto de renda e contribuição social	(14.751)	(25.460)	(40.211)
Corrente	(3.164)	(25.981)	(29.145)
Diferido	(11.587)	521	(11.066)
Lucro (prejuízo) do exercício	(81.539)	40.604	(40.935)

	31/12/2024		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	1.198.182	222.581	1.420.763
Custo dos serviços prestados	(105.947)	-	(105.947)
Lucro Bruto	1.092.235	222.581	1.314.816
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(222.477)	(31.347)	(253.824)
Despesas gerais e administrativas	(773.908)	(189.955)	(963.863)
Outras despesas (receitas) operacionais	(8.324)	2.010	(6.314)
Lucro antes do resultado financeiro	87.526	3.289	90.815
Resultado financeiro	(191.147)	16.965	(174.182)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(103.621)	20.254	(83.367)
Imposto de renda e contribuição social	(23.657)	3.683	(19.974)
Corrente	(1.400)	(28)	(1.428)
Diferido	(22.257)	3.711	(18.546)
Lucro (prejuízo) do exercício	(127.278)	23.937	(103.341)



26.2 Ativos e passivos por segmento

Ativo	31/12/2025			31/12/2024		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Ágio	139.728	-	139.728	231.248	-	231.248
Ativo intangível	539.035	53.150	592.185	534.839	63.726	598.565
Ativo imobilizado	16.972	4.470	21.442	17.849	7.512	25.361
Contas a receber de clientes	958.162	46.578	1.004.740	888.066	36.241	924.307
Adiantamento a fornecedores	596.233	76.244	672.477	493.885	60.699	554.584
Despesas pagas antecipadamente	68.185	18.031	86.216	46.301	10.731	57.032
Direito de uso de arrendamento	52.068	12.711	64.779	56.646	6.880	63.526
Outros ativos por segmento	63.943	122.918	186.861	82.818	207.248	290.066
	2.434.326	334.102	2.768.428	2.351.652	393.037	2.744.689
Ativos não alocados			970.457			1.095.834
Total do ativo			3.738.885			3.840.523

Passivo	31/12/2025			31/12/2024		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Fornecedores	529.598	207.335	736.933	471.873	114.059	585.932
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.580.962	158.891	1.739.853	1.344.434	296.334	1.640.768
Outros passivos por segmento	126.249	143.049	269.298	166.911	70.200	237.111
	2.236.809	509.275	2.746.084	1.983.218	480.593	2.463.811
Passivos não alocados			514.010			845.080
Total do passivo			3.260.094			3.308.891

Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças – Exercício Social 2025

1. Apresentação

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças (“COAUD” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de caráter permanente da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. (“Companhia”), vinculado ao seu Conselho de Administração.

Sua atividade é regida e orientada pelo Estatuto Social da Companhia (“Estatuto”), por Regimento Interno próprio (“Regimento”), pela legislação e regulamentação aplicável, bem como pelas melhores práticas de Governança Corporativa.

Assim sendo, o Comitê foi composto por 3 (três) membros durante o exercício fiscal de 2025, todos com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado (B3) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sendo um deles, ainda, membro do Conselho de Administração.

Membro	Função	Início do Mandato	Fim do Mandato
Guilherme Marques Bononi	Coordenador	15/05/2024	Atual
Flavio Uchoa Teles de Menezes	Membro	26/09/2023	Atual
Edson Martins do Nascimento	Membro	06/05/2024	13/05/2025
Fernando Heitor Baptista Vaccari	Membro	13/05/2025	Atual

2. Atribuições

As atribuições do Comitê, conforme definidas pelo Estatuto, e sem prejuízo de outras constantes em seu próprio Regimento, são: **(i)** opinar sobre a contratação, destituição e substituição dos auditores independentes; **(ii)** avaliar as informações financeiras trimestrais, as demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras anuais; **(iii)** acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; **(iv)** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; **(v)** avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e **(vi)** possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Para fins desse Relatório Anual Resumido, as demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras anuais serão identificadas como “DF”, sendo indicado o período de referência conforme o caso.

2.1. Resumo das Atividades

Foram realizadas 08 (oito) reuniões entre o período de 07/02/2025 e 08/12/2025. Além de pautas recorrentes associadas ao funcionamento das reuniões (aprovação de atas, follow-up de solicitações, status e sessões exclusivas), os temas propostos pela administração da Companhia e associados às atribuições do COAUD, compuseram 31 pautas, incluindo, entre outros temas: Carta de Controles Internos; Plano de Trabalho da Auditoria Interna e de Controles Internos; Plano de Trabalho da Auditoria Independente; indicadores de *Compliance*, Programa de Integridade e Canal de Ética; contingências; políticas corporativas; riscos operacionais nas operações da Argentina e do Brasil; reversão de provisão relacionada a M&A; fluxo de caixa (Projetado x Realizado); e demonstrações financeiras trimestrais e anuais.

2.2. Principais temas pautados e discutidos em 2025

Durante o ano de 2025, a Companhia contou com o serviço de auditoria prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S (“EY”), a quem competiu acompanhar e apresentar os temas de interesse do presente relatório. Em reuniões pontuais com os membros do COAUD, os Auditores Externos apresentaram, também, seus planos de trabalho para discussão.

Além disso, a Diretoria de Governança Corporativa e *Compliance* teve participações recorrentes através de suas áreas de (i) *Compliance*, através da atualização de normativos e reportes sobre o Canal de Ética; e (ii) Auditoria Interna e Controles Internos, que realizaram o acompanhamento dos planos de ação estabelecidos a partir da Carta de Controles Internos.

Ainda, a cargo da Diretoria Finanças e de Relações com Investidores (“Finanças”) ficou a apresentação de reportes recorrentes sobre o fluxo de caixa (Projetado x Realizado), além de atualizações regulares sobre sua própria estrutura e processos, bem como a apresentação das DFs.

3. Principais conclusões e recomendações do COAUD

Tema central da atividade do COAUD, a apresentação das DF ocorreu de forma periódica nos meses de março (Q4, 2024), maio (Q1, 2025), agosto (Q2, 2025), novembro de 2025 (Q3, 2025). Objeto do próximo tópico, cabe salientar, a priori, que o empenho da Diretoria de Finanças em conjunto com os Auditores Externos resultou na contínua evolução dos trabalhos de elaboração das DF e compreensão de seu conteúdo.

No tocante aos normativos – conjunto de normas internas instituídas pela Companhia – cabe ao COAUD, principalmente deliberar acerca de Políticas Corporativas, conforme alçadas de aprovação definidas por *Compliance*.

4. Recomendação referente as DF (2025)

Em cumprimento às disposições estatutárias, os membros do Comitê de Auditoria examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A., elaboradas de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), ambos referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, no relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras formalizado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S (“auditores independentes” ou “EY”), emitido sem ressalvas, e na opinião dos auditores independentes e bem como nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da companhia no decorrer do exercício, avaliam, por unanimidade, recomendar ao Conselho de Administração, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Reiteram, portanto, que os temas associados as DFs trazidos ao seu conhecimento por iniciativa da administração, ou conforme solicitado pelo próprio COAUD, tiveram o desenvolvimento esperado no ínterim entre a apresentação de cada trimestre. Desse modo o Comitê não expressa novas recomendações referentes às DFs apresentadas, seu conteúdo ou operações correlatas.

Guilherme Marques Bononi

Flavio Uchoa Teles de Menezes

Fernando Heitor Baptista Vaccari

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

FABIO MADER CINTRÃO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 22.531.443-5, inscrito no CPF sob o nº 188.060.558-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Presidente** da **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, discutiu e concorda com as informações contábeis referentes ao quarto trimestre de 2025, e com as informações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício fiscal de 2025.

FELIPE PINTO GOMES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores** da **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, discutiu e concorda com as informações contábeis referentes ao quarto trimestre de 2025, e com as informações contábeis anuais da Companhia referentes ao exercício fiscal de 2025.

Santo André/SP, 18 de março de 2026

FABIO MADER CINTRÃO

FELIPE PINTO GOMES

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

FABIO MADER CINTRÃO, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 22.531.443-5, inscrito no CPF sob o nº 188.060.558-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Presidente** da **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001-19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes referentes ao quarto trimestre de 2025 e exercício fiscal de 2025.

FELIPE PINTO GOMES, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, na qualidade de **Diretor Financeiro e Relações com Investidores** da **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Santo André, Estado do São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09.090-401, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.760.260/0001- 19 e NIRE 35.300.367.596 ("Companhia"), declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução 80 /2022, que alterou a Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes referentes ao quarto trimestre de 2025 e exercício fiscal de 2025.

Santo André/SP, 18 de março de 2026.

FABIO MADER CINTRÃO

FELIPE PINTO GOMES